

Quem disse ?

«Cada dia perdido é um dia em que mais de dez mil pessoas contraem o VIH e em que muitos milhões de pessoas que têm sida sofrem sem necessidade»

Kofi Annan

Público, 26 de Junho



Director **António José Seguro** • Director-adjunto **José Manuel Viegas**
Internet: <http://www.partido-socialista.pt/partido/imprensa/as/> E-mail: Accao.Socialista@partido-socialista.pt

*António Brotas
Jorge Coelho
Jorge Sampaio
Luís António Pita
Ameixa
Manuel dos Santos
Vitalino Canas*

Opinião

Incentivo a microempresas

Investimento atinge 800 milhões de contos

O Sistema de Incentivos às Microempresas (SIME) aprovará, até final do ano, projectos de investimento no valor de 800 milhões de contos.

A garantia foi dada, no dia 26, em Braga, pelo secretário de Estado da Economia, Vítor Santos.

Segundo o governante, o Ministério da Economia vai acelerar a concretização do Plano Operacional da Economia, «no quadro um programa integrado de estimulação da economia».

O secretário de Estado falava durante um jantar-debate realizado terça-feira à noite pelo Idite-Minho, Instituto de Desenvolvimento e Inovação Tecnológica do Minho, com a presença de cerca de 100 empresários.

Vítor Santos salientou que até ao momento foram apresentados ao SIME 18 mil projectos com dois mil milhões de contos de intenções de investimento, uma parte dos quais será aprovada em 2002.

Para o governante, as medidas estimuladoras do Governo incluem a aplicação – com intervenção do ICEP – de um programa de promoção das exportações portuguesas para mercados de qualidade, o qual, no caso espanhol, se denomina «Vender em Espanha».

Vítor Santos adiantou que o Governo socialista quer captar maior volume de investimento estrangeiro, principalmente em sectores estruturantes para a economia, assinalando que em 2000 foram feitos oito contratos representando 50 milhões de contos de investimento estrangeiro, enquanto em 2001 foram assinados quatro, estando 22 em análise, correspondendo a 180 milhões de contos de intenções de investimento.

ORÇAMENTO DE ESTADO RECTIFICATIVO

Governo corta 150 milhões de contos na despesa



O Governo aprovou um corte de 150 milhões de contos nas despesas do Estado, mas sem afectar o investimento e as despesas na área social. É o rigor financeiro com consciência social, que permitirá a continuação do crescimento sustentado da nossa economia. A rectificação do OE 2001 é complementada com medidas de incentivo à poupança e ao mercado de capitais.

PS em Movimento

«Amar Lisboa» João Soares apresenta prioridades



A requalificação do centro da cidade, tirar os carros dos passeios, e reforçar a política ambiental são as principais prioridades para os próximos quatro anos da coligação de esquerda PS/PCP à Câmara Municipal de Lisboa, apresentadas na passada quinta-feira, dia 22, pelo recandidato socialista João Soares.

PS em Movimento

Internacional Socialista das Mulheres Reunião em Lisboa



O Comité Executivo da Internacional Socialista de Mulheres esteve reunido terça e quarta-feira em Lisboa. O encontro contou com a participação de 131 organizações de todo o mundo.



Enfrentar a crise

O Partido Socialista está unido na defesa nas medidas adoptadas, na passada semana, pelo Governo para prevenir os actuais sinais de crise da economia internacional. Esta é uma das conclusões anunciadas por José Junqueira, na conferência de Imprensa realizada logo após o final da reunião da Comissão Permanente do PS, de segunda-feira.

Na reunião, ficou claro que o PS estará unido no apoio ao Orçamento Rectificativo e ao Programa de Redução de Despesa Pública, medidas necessárias a uma reorientação da política económica nacional devido ao arrefecimento da economia internacional e ao cumprimento dos compromissos macroeconómicos com Bruxelas.

Para Pina Moura é urgente fazer face à redução do ritmo de crescimento da economia portuguesa por consequência directa da degradação da situação económica internacional. Por isso, os objectivos principais deste Orçamento Rectificativo prendem-se com a necessidade de redução da despesa corrente orçamentada, a adopção de medidas de natureza fiscal e financeira destinadas a relançar a poupança e o investimento e a regularização da situação financeira do sistema nacional de saúde.

Relativamente ao Programa de Redução de Despesa Pública, o ministro das Finanças dividiu-o em quatro áreas: aumentar a eficiência possibilitando já este ano uma redução drástica do aumento da taxa de crescimento da despesa pública; uma política fiscal mais activa, visando desonerar o trabalho e o capital, sustentando o consumo privado e o crescimento económico; medidas para estimular a poupança, o investimento e as exportações; e uma reestruturação do sector empresarial do Estado, sobretudo junto das empresas deficitárias.

Estas medidas são uma prova clara do quanto o Governo Socialista está preocupado com a actual situação económica e reconhece as dificuldades que o País atravessa mas, nem por isso, deixa de encarar a situação de frente, mostrando credibilidade e inculcando confiança aos investidores nacionais e estrangeiros.



AR DEBATE PROGRAMA DO GOVERNO DO BLOCO CENTRAL

A discussão do programa do Governo do Bloco Central, chefiado pelo camarada Mário Soares, ocupava a maior parte das páginas da edição de 30 de Junho de 1983 do «Acção Socialista».

No discurso no Parlamento, Soares alertava: «Estamos todos no mesmo barco, e este barco é Portugal», pelo que, sublinhava, «importa remar no sentido de se vencer a crise e consolidar o regime democrático».

Mário Soares afirmava também que o seu Governo ia dialogar a fundo com os parceiros sociais e apelar para a inteligência de todos os portugueses, no sentido de ajudarem a vencer a crise em que o país se encontrava mergulhado.

Nesta edição do «AS» era dada uma ampla cobertura às intervenções dos ministros e deputados socialistas durante o debate realizado na Assembleia da República.

J. C. CASTELO BRANCO

30 de Junho

Quem disse?

«Um país que vive acima das suas possibilidades não é terreno fácil para grandes reformas sociais»

Rodolfo Crespo



Açores

Carlos César quer poder local cooperante

O camarada Carlos César desafiou o eleitorado dos Açores a escolher nas autárquicas de Dezembro dirigentes locais que «cooperando de boa fé com o Governo Regional» ajudem a «construir o desenvolvimento».

Numa carta enviada pelo correio, Carlos César, que preside desde 1996 ao Executivo açoriano, sublinha que os candidatos do seu partido estão especialmente habilitados para essa cooperação, assegurando um «bom entendimento» com o Governo.

«É preciso continuar a concretizar, a nível local, a obra que se está a realizar na região», acrescenta ao garantir que os candidatos a autarcas do PS/Açores «colocarão em primeiro lugar as pessoas e não o seu partido».

Apesar de ser a força política mais votada nas ilhas desde 1996, o PS está em minoria nas autarquias açorianas, que em 1997 continuaram a votar no PSD.



O PSD preside a 14 dos 19 municípios dos Açores, entre os quais o de Ponta Delgada, o mais importante da região.

Missões de Paz

Portugal não participará em mais teatro de guerra

Portugal não pode fazer «mais sacrifícios» em missões de paz internacionais, pelo que não deverá participar em qualquer intervenção militar da NATO na Macedónia.

Estas foram as informações avançadas pelo ministro dos Negócios Estrangeiros, no passado dia 25, no Luxemburgo.

Falando à chegada para a reunião dos chefes da diplomacia dos Quinze, Jaime Gama referiu não existir a perspectiva de alargar as responsabilidades militares de

Portugal nos Balcãs.

O governante aproveitou para lembrar que o País está já presente «em dois teatros» (Bósnia e Kosovo) e tem, simultaneamente, «uma grande responsabilidade em relação a Timor».

Quanto à situação na Macedónia, Gama confessou-se preocupado com a continuação dos combates e com a ausência do presidente e do primeiro-ministro macedónios na reunião da passada segunda-feira.

Autárquicas

Socialistas apostam em João Nabais para o Alandroal...

João Nabais é o candidato do Partido Socialista à Câmara Municipal do Alandroal nas próximas eleições autárquicas (Dezembro), anunciou, no dia 26, a Comissão Política Concelhia socialista.

O candidato, 35 anos, é delegado distrital da Fundação para a Divulgação das Tecnologias de Informação.

A lista para a Assembleia Municipal será encabeçada por Carlos Portas, que concorre na qualidade de independente. O candidato é professor universitário e assessor do Presidente da República para os assuntos económicos e sociais. A lista socialista é apresentada sábado, em cerimónia a realizar na sala de reuniões dos Bombeiros do Alandroal.

...e em Belchior Pinheiro para o Redondo

O camarada Belchior Manuel Pinheiro será o candidato do PS à Câmara Municipal do Redondo nas autárquicas de Dezembro, anunciou na passada terça-feira a Federação Distrital de Évora dos

socialistas.

Belchior Pinheiro, de 50 anos, empresário, é natural e residente no Redondo, tendo já exercido o cargo de vereador, eleito pela ex-APU.

GOVERNO CORTA 150 MILHÕES DE CONTOS NA DESPESA

O Governo aprovou um corte de 150 milhões de contos nas despesas do Estado, mas sem afectar o investimento e as despesas na área social. É o rigor financeiro com consciência social, que permitirá a continuação do crescimento sustentado da nossa economia. A rectificação do OE 2001 é complementada com medidas de incentivo à poupança e ao mercado de capitais.

O Orçamento Rectificativo (OR) vai permitir compensar a perda de 150 milhões de contos que se prevê de receita fiscal, relativamente ao estimado, em consequência da desaceleração do crescimento da economia portuguesa, permitindo a manutenção do défice orçamental em 1,1 por cento do Produto Interno Bruto (PIB).

A par, o Governo vai passar 314 milhões de contos directamente para a dívida pública.

Trata-se de 290 milhões de contos de dívidas do Serviço Nacional de Saúde a laboratórios e farmácias, e 24 milhões de contos dos serviços de assunção de passivos das regiões autónomas da



Madeira e dos Açores.

A rectificação do orçamento de 2001 é complementada com 5 medidas de incentivo à poupança e ao mercado de capitais.

As 50 medidas do programa de reforma da despesa pública foram também aprovadas pelo Governo, em Conselho de Ministros.

Uma das medidas é a definição de um tecto de 4 por cento para o crescimento nominal da despesa corrente primária nos

anos de 2002, 2003 e 2004. O ministro classifica esta medida como «estruturante» e garante que implicará uma «gestão muito rigorosa».

A criação deste tecto terá como consequência directa menores aumentos salariais para os funcionários públicos, já que os gastos com pessoal constituem a mais importante parcela da chamada despesa corrente primária.

Na alteração à lei do OE de 2001, que o Governo já entregou na Assembleia da República, constará uma redução da despesa da ordem dos 182 milhões de contos, por um lado, e um aumento de 32 milhões de contos de despesa, por outro. O saldo, que pode ser considerado o corte efectivo, será da ordem dos 150 milhões de contos.

O Ministério das Finanças vai transformar em cortes 58,7 milhões de contos de despesa corrente do Estado que estavam já cativas. Estes serão reforçados com mais 28 milhões de contos de cortes ainda nas despesas correntes.

Outros 25 milhões de contos saem do capítulo 60 do OE, relativo ao Ministério das Finanças.

O Governo vai poupar na bonificação de juros do crédito para habitação para jovens, porque houve uma redução nas candidaturas, relativamente ao previsto.

Mais 13 milhões de contos saem do Ministério das Finanças e outros 13 milhões de contos do Ministério da Defesa.

Por último, o Estado português ganha 23 milhões de contos relativos à distribuição do saldo orçamental da União Europeia (UE).

Do lado do aumento dos gastos, estão cerca de 23 milhões de contos de «remunerações certas e permanentes» e 8,3 milhões de «compensação ao Reino Unido», no âmbito do sistema de contribuições dos Estados-membros para os cofres da UE.

O saldo é, assim, de menos 150 milhões de contos de despesa pública.

O OE rectificativo inclui, também, medidas de incentivo à poupança e ao mercado de capitais, que passam pela redução da tributação sobre os depósitos com prazo superior a dois anos e pelo aumento dos valores da dedução à colecta dos investimentos em planos de poupança reforma (PPR), educação (PPE) e acções (PPA).

Contempla, ainda, a revogação da norma fiscal que obrigava a que 50 por cento da composição da carteira de investimentos dos fundos poupança reforma (FPR), educação (FPE) e reforma/educação (FPR/E) correspondesse a títulos de dívida pública.

Despesa Pública: As 50 medidas da reforma dos gastos do Estado

São as seguintes as 50 medidas do programa de reforma da despesa pública, para o período 2001/2004, aprovado pelo Governo e hoje divulgado publicamente pelo ministro das Finanças, Pina Moura:

Medida 1 - Limitar o crescimento da despesa corrente primária a quatro por cento por ano.

Medida 2 - Reduzir drasticamente e de imediato a admissão de novos funcionários.

Medida 3 - Utilizar a bolsa de emprego para flexibilizar a gestão de recursos humanos.

Medida 4 - Não efectuar novas reestruturações de carreiras até final de 2003.

Medida 5 - Moderar os aumentos salariais.

Medida 6 - Permitir um endividamento controlado da Administração Local.

Medida 7 - Acompanhar a criação de empresas municipais.

Medida 8 - Aprovar uma lei de Estabilidade Orçamental.

Medida 9 - Eliminar uma incorporação do segundo semestre de 2001 no SMO e reapreciar as incorporações de 2002.

Medida 10 - Reformar a gestão do serviço nacional de saúde (SNS).

Medida 11 - Racionalizar a despesa do SNS e combater o desperdício.

Medida 12 - Reforçar o controlo da despesa na ADSE e nos outros subsistemas de saúde.

Medida 13 - Gerir conjuntamente os serviços sociais.

Medida 14 - Regularizar no prazo de um ano a convergência gradual do regime da Caixa Geral de Aposentações para o da Segurança Social.

Medida 15 - Concretizar um programa de extinção de serviços públicos.

Medida 16 - Não permitir a criação de novos serviços.

Medida 17 - Reapreciar sistematicamente e racionalizar os quadros de pessoal.

Medida 18 - Reapreciar até final de 2001 grandes projectos de investimento em processo de decisão.

Medida 19 - Melhorar o acompanhamento dos grandes projectos de investimento público e as parcerias público-privado.

Medida 20 - Avaliar e acautelar os custos correntes dos projectos de investimento.

Medida 21 - Reestruturar e redimensionar o sector empresarial do Estado.

Medida 22 - Reavaliar o preço dos bens e serviços públicos, sem prejuízo das opções de política social.

Medida 23 - Cortar as dotações congeladas ao abrigo da lei nº 30/C/2000.

Medida 24 - Reduzir as horas extraordinárias.

Medida 25 - Rever os contratos de avença e tarefa.

Medida 26 - Congelar até final de 2002 as aquisições de edifícios.

Medida 27 - Congelar até o final de 2002 as aquisições de material de transporte.

Medida 28 - Reduzir o dispêndio dos serviços em viaturas.

Medida 29 - Reduzir a despesa com deslocações.

Medida 30 - Gerir eficientemente os meios financeiros do Estado absorvendo saldos de gerência excessivos.

Medida 31 - Controlar a despesa com bonificações.

Medida 32 - Reapreciar os suplementos remuneratórios e eliminar os casos em que deixaram de Ter justificação.

Medida 33 - Extinguir estruturas temporárias.

Medida 34 - Regularizar os serviços mínimos.

Medida 35 - Elaborar um orçamento plurianual.

Medida 36 - Elaborar o orçamento do Estado em duas fases.

Medida 37 - Criar em cada ministério um «financial controller».

Medida 38 - Reduzir o grau de rigidez do OE e a assunção de encargos deficientemente avaliados.

Medida 39 - Reforçar a disciplina na assunção de encargos plurianuais.

Medida 40 - Limitar no tempo os subsídios, benefícios e apoios desta natureza.

Medida 41 - Adotar um método de orçamentação que permita avaliar o desempenho dos serviços.

Medida 42 - Dinamizar a unidade de tesouraria do Estado.

Medida 43 - Melhorar a gestão do património do Estado a acelerar a elaboração do cadastro patrimonial.

Medida 44 - Aplicar o regime de administração financeira do Estado a toda a administração pública até final de 2002.

Medida 45 - Obrigar à adopção do POCP a toda a Administração Pública até final de 2002.

Medida 46 - Avaliar a despesa pública e melhorar a eficácia do controlo interno.

Medida 47 - Realizar auditorias externas aos serviços.

Medida 48 - Promover a certificação de contas.

Medida 49 - Definir um novo regime de responsabilidade por ilícitos financeiros.

Medida 50 - Contratualizar a autonomia de gestão dos serviços públicos.

AJUSTAR E CUMPRIR

O Conselho de Ministros aprovou, no passado dia 21, o Programa de Reforma da Despesa Pública, a desenvolver no período de 2002-2004, e uma proposta de alteração à Lei Orçamental para 2001, que será apresentada à Assembleia da República, ainda nesta sessão legislativa.

O Governo deu assim luz verde à proposta de lei que altera a Lei do Orçamento do Estado de 2001 (OE-2001).

Este diploma propõe-se introduzir alterações ao Orçamento do Estado de 2001 que permitem garantir o cumprimento do défice do Sector Público Administrativo em 1,1 por cento do Produto Interno Bruto (PIB), como previsto no Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC), mas num cenário macroeconómico substancialmente diferente do existente à data da elaboração do OE – 2001, concretizando-se, ao mesmo tempo, medidas de estímulo à poupança e ao mercado de capitais, e dando-se satisfação, em termos de tesouraria, aos encargos assumidos pelo Serviço Nacional de Saúde nos exercícios de 1999 e 2000.

Passados oito meses sobre a elaboração do Orçamento do Estado para 2001, a conjuntura económica mundial sofreu alterações às quais a economia portuguesa não é imune.

Em termos orçamentais esta conjuntura reflecte-se numa redução da receita fiscal face aos valores previstos no Orçamento do Estado para 2001, muito especialmente no que



respeita aos impostos indirectos.

Os compromissos assumidos por Portugal no âmbito da sua plena participação na União Económica e Monetária e, nomeadamente, os objectivos reiterados no Programa de Estabilidade e Crescimento relativamente ao prosseguimento da consolidação das finanças públicas obrigam, segundo o Executivo socialista, a uma conformação da despesa compatível com a obtenção de um défice orçamental de 1.1 por cento do Produto Interno Bruto no corrente ano.

As marcas da «contenção»

Neste contexto, decidiu o Governo apresentar esta alteração ao OE-2001 em que a quebra receita é integralmente compensada pela contenção na despesa corrente primária, ficando explícito que este reforço é conseguido

à custa dos orçamentos de funcionamento dos diversos ministérios, acautelando-se a totalidade das despesas de investimento previstas no OE-2001.

Entre as medidas aprovadas, salientam-se:

- Corte de cativações efectuado ao abrigo do art.º 4º da Lei 30-C/2000, de 29 de Dezembro;
- Redução do montante inscrito no Capítulo 60 do Ministério das Finanças em cerca de 25 milhões de contos (boa parte referente a verbas de dotação provisional);
- Redução em 15 milhões de contos da transferência orçamental para o Rendimento Mínimo Garantido – uma vez que o RMG apresenta, nos primeiros meses deste ano, uma evolução positiva, devida à melhoria da situação social, que permite perspectivar uma despesa inferior à considerada no OE-2001;
- Transferência para a União Europeia inferior ao previsto em cerca de 15 milhões de contos em consequência da distribuição pelos Estados membros do saldo orçamental das comunidades no exercício de 2000;
- Duas medidas excepcionais de aplicação horizontal a todos os ministérios:
 - Corte adicional de 7 por cento nas transferências correntes para Serviços e Fundos Autónomos (SFA's).
 - Corte adicional de 20 a 30 por cento em rubricas diversas (abonos diversos, despesas de representação, material de secretaria, etc.) dos orçamentos de funcionamento dos serviços integrados.

Merecem ainda destaque as seguintes

medidas de estímulo à poupança e à dinamização do mercado de capitais:

- Revogação da norma fiscal relativa à composição da carteira de investimentos dos Fundos Poupança-Reforma (FPR), Fundos Poupança-Educação (FPE) e Fundos Poupança-Reforma/Educação;
- Aumento do valor da dedução à colecta relativa a valores investidos em planos individuais de Poupança-Reforma (PPR), Poupança-Educação (PPE) e Poupança-Reforma/Educação (PPRE), de 112.250\$00 para 130.000\$00;
- Rendimentos de aplicações emitidas por prazo superior a 2 anos tributados em 90 por cento (taxa efectiva de tributação igual a 18 por cento);
- Aumento temporário do valor da dedução à colecta relativa a valores investidos em planos de poupança-acções (PPA) de 39.300\$00 para 100.000\$00;
- Revogação do limite ao valor das entregas efectuadas pelos subscritores de PPA's (3.000 contos) e alteração das regras de prorrogação de PPA's, passando a admitir-se a prorrogação sucessiva por períodos mínimos de 3 anos.

Ainda na passada quinta-feira, dia 21, o Executivo do PS deu carta branca ao Programa de Reforma da Despesa Pública, composto por um conjunto de medidas que se destinam a consolidar uma estratégia de redução sustentada da taxa de crescimento e da rigidez da despesa pública.

FUSÕES, CISÕES E CRÉDITOS NA MIRA

O Executivo socialista decidiu, na passada quinta-feira, dia 21, alterar o artigo 43º do Código do IRC e rever o regime especial das fusões, cisões, entradas de activos e permutas de partes sociais previsto nos artigos 67º a 72º do mesmo Código.

A alínea d) do n.º 3 do artigo 43º do Código do IRC passa a especificar que nos casos de fusão ou cisão, o valor de realização corresponde ao valor de mercado dos elementos do activo imobilizado transmitidos em consequência dessas operações.

No quadro das disposições legais que definem o regime especial aplicável às fusões e cisões, entradas de activos e permuta de acções:

- Procede-se a um alinhamento das definições passando o recorte a ser o mesmo quando nas operações estão envolvidas apenas entidades residentes e/ou sociedades de outros Estados-membro;

- Dá-se um maior desenvolvimento às operações que podem ser abrangidas pelo regime de neutralidade fiscal, através da

explicitação de situações que envolvem, designadamente, transferências de estabelecimentos estáveis situados em território português de sociedades residentes de Estados-membro da União Europeia, que se encontrem nas condições da directiva 90/434/CEE, de 23 de Julho, para sociedades residentes neste território e, bem assim, quando a sociedade beneficiária da transferência seja uma sociedade residente de um Estado membro da União Europeia;

- Desenvolve-se ainda um aspecto fulcral do regime – a transmissibilidade dos prejuízos – onde, para além de uma enunciação mais clara das situações em que é admissível, são estabelecidos alguns critérios objectivos de apreciação dos pedidos apresentados com essa finalidade.

- Definem-se, por outro lado, quais os elementos que devem acompanhar o requerimento, de modo a permitir uma apreciação cabal da verificação das condições exigidas. Introduce-se uma norma que prevê o deferimento tácito nas situações em que não seja proferida

decisão no prazo de meses contados a partir da data da apresentação do requerimento.

Créditos

O Conselho de Ministros aprovou, ainda na passada quinta-feira, um decreto-lei que estabelece o regime fiscal das operações de titularização de créditos.

Neste diploma consagra-se um regime que, por um lado, pretende assegurar a neutralidade no tratamento dos veículos de titularização, os fundos de titularização de créditos e as sociedades de titularização de créditos e, por outro, conferir competitividade a este instrumento financeiro, condição fundamental para o sucesso da sua implementação.

Estabelece-se o regime fiscal das operações de titularização de créditos de que se destacam dois aspectos fundamentais.

A nível das entidades cedentes, os ganhos e as perdas decorrentes da cessão de créditos para efeitos de titularização são, em regra, tratados nos termos gerais previstos no Código do Imposto sobre o Rendimento das

Pessoas Colectivas (IRC).

Isentam-se, no entanto, os rendimentos derivados da cessão de créditos nas situações em que os cedentes sejam entidades previstas no artigo 9º do Código do IRC ou não residentes em território português e sem estabelecimento estável situado neste território ao qual os rendimentos sejam imputáveis.

A isenção concedida aos não residentes apenas é aplicável se os mesmos não forem detidos, directa ou indirectamente, em mais de 25 por cento por entidades residentes e não forem residentes de Estados ou territórios constantes de lista aprovado por portaria do ministro das Finanças.

É conferida dispensa de retenção na fonte de IRC relativamente aos rendimentos derivados da cessão de créditos.

O segundo aspecto refere-se às entidades cessionárias. Ambos os veículos de titularização – fundos de titularização de créditos e sociedades de titularização de créditos – ficam sujeitos ao regime previsto no Código do IRC para as entidades que exercem a título principal uma actividade de natureza comercial, industrial ou agrícola.

PELO PAÍS

Governança Aberta

ADMINISTRAÇÃO LOCAL

Associações com 19 milhões de contos para obras

Cerca de 3500 associações de carácter sociocultural e religioso do País receberam do Governo, de 1996 até ao primeiro semestre de 2001, um total de 19 milhões de contos para a realização de pequenas obras.

O total desses apoios governamentais, no âmbito do Programa de Equipamentos Associativo e Religioso, foi divulgado, no dia 25, em Beja pelo secretário de Estado da Administração Local, José Augusto de Carvalho.

Em cerimónia realizada no Governo Civil, na qual foram assinados oito protocolos com entidades socioculturais e religiosas dos concelhos de Beja, Aljustrel, Odemira, Moura, Castro Verde e Cuba – num apoio total de perto de 40 mil contos –, José Augusto de Carvalho garantiu que o «balanço nacional é extremamente gratificante».

«Entre 1996 e 2000 foram apoiadas quase três mil instituições com apoios próximos dos 16 milhões de contos. Neste primeiro semestre de 2001 já são mais de meio milhar de entidades e os apoios concedidos rondam os três milhões», explicou.

As verbas distribuídas por cada candidatura não são elevadas, mas o secretário de Estado garantiu que o programa tem permitido uma «verdadeira sementeira por todo o País e com resultados insuspeitos».

«Os apoios do Estado têm sido muito bem utilizados e tenho ficado muito surpreendido por ver que as instituições, quando lhes são atribuídas estas verbas, que rondam os seis mil contos, conseguem realizar valores muito superiores e têm um grande sentido de economia», referiu.

No distrito de Beja os apoios cifram-se em 204 mil contos, repartidos por 64 associações, considerando o governante que é preciso haver mais dinâmica na apresentação de candidaturas.



A RTPi já fora objecto de discussão em reunião anterior, realizada a 22 de Maio, reunião que, pela importância do assunto, acabou por ter lugar no âmbito da Comissão Parlamentar de Negócios Estrangeiros.

EDUCAÇÃO

Pré-fabricados em vias de extinção

As escolas dos ensinos básico e secundário com pavilhões pré-fabricados vão acabar até ao ano lectivo 2002/2003, prometeu, no dia 25, em Faro, o ministro da Educação.

No Algarve, esse prazo será antecipado em um ano, pelo que o próximo ano lectivo será o último com aulas em pré-fabricados.

De visita à região para preparar o próximo ano lectivo, Augusto Santos Silva anunciou a entrada em funcionamento de duas novas escolas já em Setembro: a EB 2+3 de Estói, concelho de Faro, e a EB 2+3 de Moncarapacho, concelho de Olhão.

Estas duas escolas apresentam como novidades principais a ligação de todas as salas de aula à Internet e Intranet e sistemas de segurança e alarme inovadores no contexto dos estabelecimentos de ensino que já existem.

Além daquelas inovações, anunciou ainda a ampliação da Escola Secundária de Loulé – que terá uma biblioteca e um anfiteatro – e quatro novos pavilhões desportivos em escolas já existentes, nos concelhos de Olhão, Tavira, Albufeira e Silves.

O conjunto do programa para o Algarve representará um investimento de dois milhões de contos, valor que deverá ser o mesmo no ano lectivo seguinte, em 2002/2003. Para este valor concorre também a expansão da rede do ensino pré-escolar.



ADMINISTRAÇÃO PORTUÁRIA

Exorcizar o fantasma da extracção de areia no Douro

O secretário de Estado da Administração Portuária classificou, segunda-feira, como «fundamental para as economias nacional e local» a extracção de areia no Rio Douro.

Em comunicado, a Associação das Empresas de Dragagens do Norte (ADRAG) refere que José Junqueiro fez essa afirmação numa reunião realizada dia 25 em Penafiel, onde disse também «recusar a diabolização da actividade, levada a cabo por razões obscuras».

A extracção de inertes encontra-se suspensa no Rio Douro desde o acidente da ponte de Entre-os-Rios, tendo mesmo sido apontada como uma das eventuais causas para o sucedido.

Dado que a tutela da extracção de areias naquele rio está a ser transferida do Instituto de Navegabilidade do Douro para o Ministério do Ambiente, foi decidido marcar «em breve» uma nova reunião, desta vez com representantes da Secretaria de Estado do Ambiente, para debater de novo o assunto.

«Nessa altura, a ADRAG disporá de mais elementos sobre a questão fundamental que aflige actualmente as empresas, isto é, quando poderá ser retomada a laboração», acrescenta o comunicado.



FINANÇAS

Modernização do Estado precisa de altas esferas da Administração

O ministro das Finanças voltou a apelar, no dia 25, à participação empenhada da administração pública na execução do programa de reforma da despesa, no seu discurso de encerramento de um seminário sobre a qualidade dos gastos do Estado.

«A modernização do Estado precisa das altas esferas da Administração Pública», sublinhou Pina Moura.

Estas esferas, pormenorizou o ministro, devem participar com a sua «visão moderna» e o seu «empenho na prestação eficiente de serviços aos cidadãos».

«É com a Administração Pública [aos mais altos níveis] que contamos para concretizar o programa de reforma da despesa», disse Pina Moura, que apelou à melhoria da qualidade dos gastos do Estado.

O ministro referiu ainda que «a partir de 2002 [com a entrada em circulação física do euro], os ganhos de eficiência da Administração Pública são contributos muito importantes para a competitividade da economia».

ORÇAMENTO

Gerir a despesa pública sem «abandalhar»

«O objectivo último da gestão da despesa pública de criar valor é difícil mas não deve ser abandonado», afirmou, no dia 25, o secretário de Estado adjunto do Orçamento, Fernando Pacheco.

Para aumentar a qualidade da despesa do Estado devem-se definir bem e à partida os objectivos a atingir e cumprí-los com o menor custo possível, sendo que quando surgem as dificuldades «é preciso não abandalhar e levar o exercício até ao fim», disse Fernando Pacheco ao intervir no seminário «A qualidade de despesa pública».

Os novos desafios que se levantam na gestão dos gastos públicos prendem-se com a necessidade de «acautelar as despesas correntes associadas às despesa de capital», uma vez que investimentos em infra-estruturas geram sempre despesas correntes.

«É preciso que o Estado esteja preparado para suportar estas últimas quando efectua investimentos» adiantou.

Por outro lado, referiu o secretário de Estado, é necessário caminhar para a elaboração de um «orçamento de união económica e monetária», em que o sector público é excedentário enquanto que o privado é devedor, «ao contrário do que tem ocorrido no passado».

COMUNICAÇÃO SOCIAL

RDPi na Subcomissão Parlamentar das Comunidades

A acção desenvolvida pela RDPi e o papel do Governo em matéria de informação para os portugueses residentes no estrangeiro estiveram em debate, no passado dia 26, na Subcomissão Parlamentar das Comunidades.

José Manuel Nunes, presidente da RDPi e Arons de Carvalho, secretário de Estado da Comunicação Social, foram ouvidos na Subcomissão, que se tem debruçado sobre questões de informação e programação dos órgãos de Comunicação Social para as comunidades.

Uma outra solução para as falhas na gestão pública seria «preparar o orçamento de Estado para as diferentes fases do ciclo económico», de forma a flexibilizar a sua capacidade de resposta à evolução conjuntural da economia, concluiu Fernando Pacheco.

PRESIDÊNCIA - CM

Debate sobre audiovisual com reflexos constitucionais até fim do ano

O debate público sobre a regulação do audiovisual vai ter reflexos constitucionais até ao final do ano, assegurou no dia 25 o ministro da Presidência, frisando que três medidas concretas para o sector estão já calendarizadas.

Guilherme d'Oliveira Martins falava à saída do colóquio «Audiovisual – Que Estratégia?», que decorreu no auditório da Assembleia da República, e onde anunciou a criação de uma «task force» entre o Instituto da Comunicação Social e o Instituto de Comunicações de Portugal.

Essa equipa, apta a funcionar «de imediato», terá por missão identificar «os objectivos e os problemas da iniciativa “Convergência e Regulação”».

Também a «curto prazo», segundo sublinhou o governante, será constituído um grupo de personalidades de «reconhecido mérito» que redigirá «um documento de reflexão estratégica sobre o tema».

«A identidade dos elementos será conhecida dentro de dias», adiantou Oliveira Martins, garantindo que os resultados de todo este processo estarão disponíveis no final do ano em curso e vão ter reflexos constitucionais.

O ministro observou que assume o «compromisso» de passar das ideias à prática numa matéria que, conforme foi sublinhado por diversos participantes no colóquio, há muito que permanece meramente em discussão, sem que se proceda à fase seguinte, a da acção.

Uma terceira medida anunciada diz respeito à elaboração de um livro branco sobre «Convergência e Regulação» para debate público, que versará sobre o presente e o futuro dos sectores das telecomunicações e dos meios de comunicação social.



CONSELHO DE MINISTROS

Reunião de 21 de Junho

O Conselho de Ministros aprovou:

- O Programa de Reforma da Despesa Pública, a desenvolver no período de 2002-2004, e uma proposta de alteração à Lei Orçamental para 2001, que será apresentada à Assembleia da República, ainda nesta sessão legislativa;
- Uma proposta de lei que altera a Lei do Orçamento do Estado de 2001;
- O Programa de Reforma da Despesa Pública;
- Um decreto-lei que autoriza a Direcção-Geral do Registos e do Notariado a celebrar contratos administrativos de provimento para a categoria de ingresso na carreira de assistente administrativo;
- Um decreto-lei que define as regras a observar na atribuição do complemento extraordinário de solidariedade;
- Um decreto-lei que altera o artigo 43.º do Código do IRC e revê o regime especial das fúses, cisões, entradas de activos e permutas de partes sociais, previsto nos artigos 67.º a 72.º do mesmo Código;
- Um diploma que estabelece o regime fiscal das operações de titularização de créditos, efectuadas nos termos do decreto-lei n.º 435/99, de 5 de Novembro;
- Uma resolução que aprova a substituição e modificação dos contratos de financiamento da SCUT do Algarve, cometendo aos ministros das Finanças e do Equipamento Social a tarefa de, em conjunto, e em nome do Estado Português, procederem à assinatura da documentação que consagra o refinanciamento através de um empréstimo do Banco Europeu de Investimento e uma emissão obrigacionista;
- Um decreto-lei que extingue a Biblioteca Popular de Lisboa;
- Uma resolução que delega na ministra da Saúde, Manuela Arcanjo, a competência para determinados actos relativos ao concurso público internacional n.º 9/2000, para fornecimento de produtos derivados do plasma humano;
- Um decreto-lei que atribui à Ordem dos Médicos a competência para o reconhecimento de diplomas, certificados e outros títulos que sancionam a formação em Medicina Geral;
- Um decreto-lei que aprova a lei orgânica da Direcção-Geral dos Recursos Humanos da Saúde, serviço central do Ministério da Saúde, que sucede ao Departamento de Recursos Humanos da Saúde;
- Uma proposta de resolução que aprova, para ratificação, o protocolo estabelecido com base no n.º 1 do artigo 43.º da convenção que cria um Serviço Europeu de Polícia (Convenção Europol) e que altera o artigo 2.º e o anexo daquela Convenção, assinado em Bruxelas, em 30 de Novembro de 2000;
- Uma proposta de resolução que aprova, para ratificação, a convenção entre a República Portuguesa e a República da Islândia para evitar a dupla tributação e prevenir a evasão fiscal em matéria de impostos sobre o rendimento e o capital, e respectivo protocolo, assinados em Lisboa em 2 de Agosto de 1999;
- Um decreto-lei que transpõe para a ordem jurídica nacional a directiva comunitária que estabelece os métodos de análise a utilizar na determinação dos teores de vitamina A, de vitamina E e de triptofano em alimentos compostos para animais;
- Um decreto-lei que transpõe para o direito interno a legislação comunitária relativa à comercialização de sementes de cereais, que altera o regime previsto no Regulamento Técnico de Produção de Espécies de Cereais;
- Um decreto que aprova o acordo de cooperação económica, industrial e tecnológica entre os Governos da República Portuguesa e da República Eslovaca, assinado em Lisboa em 9 de Fevereiro de 2001;
- Um decreto que concede ao município da Covilhã o direito de preferência nas transmissões entre particulares, a título oneroso, de terrenos ou edifícios situados na área crítica de recuperação e reconversão urbanística das Penhas da Saúde, até à entrada em vigor do Plano de Urbanização das Penhas da Saúde, em elaboração;
- Um decreto que reconhece o interesse público do Instituto Superior de Estudos Interculturais e Transdisciplinares – Santo André;
- Um decreto que sujeita a servidão militar as instalações do PM 4/Porto Santo, designado Quartel do Dragoal, sito no município do Porto Santo;
- Uma resolução que ratifica o Plano de Pormenor de Expansão do Bairro da Muralha, em Castelo de Vide;
- Uma resolução que ratifica o Plano de Pormenor da Zona Industrial de Vila Viçosa;
- Uma resolução que altera o regime de saneamento financeiro das cooperativas agrícolas, criado através da resolução do Conselho de Ministros de 1 de Agosto de 1985;
- Uma resolução que ratifica uma alteração ao Plano Director Municipal de Pombal;
- Uma resolução que ratifica a planta de zonamento e as plantas de condicionantes do Plano de Urbanização de Vila de Rei, no município de Vila de Rei, e revoga a resolução do Conselho de Ministros n.º 165/2000, de 20 de Novembro, na parte em que ratifica a planta de zonamento e as plantas de condicionantes publicadas em anexo à mesma resolução;
- Uma resolução que ratifica a prorrogação do prazo de vigência, por mais um ano a partir de 27 de Abril de 2001, das medidas preventivas para a área de intervenção do futuro Plano de Urbanização de Tabuaço, ratificadas pela resolução do Conselho de Ministros n.º 31/99, de 26 de Abril, mantendo-se o Plano Director Municipal de Tabuaço suspenso para a respectiva área, por igual período;
- Uma resolução que desafecta do domínio público militar e integra no domínio privado do Estado o Prédio Militar n.º 37/Setúbal, designado Bateria de Albarquel, no município de Setúbal;
- Uma resolução que nomeia para vogais do Conselho de Administração do Instituto Nacional da Aviação Civil, Osvaldo Onco Santos de Oliveira, Francisco Manuel da Naia Balacó, José Tomás Gouveia Enes Baganha e Mário José Santos de Matos.

ALTERAÇÕES APROVADAS NA ESPECIALIDADE

As alterações à lei eleitoral autárquica, que aumentam a subvenção do Estado para as forças políticas e permitem candidaturas independentes, foram aprovadas na especialidade, no dia 25, no Parlamento.

O artigo respeitante à subvenção do Estado, que prevê a atribuição de 993 mil contos aos partidos políticos, coligações e independentes para despesas com campanhas eleitorais autárquicas – um aumento face aos actuais 670 mil contos – foi aprovado com a abstenção do CDS/PP e PCP e o voto a favor do PS, PSD e BE.

Este valor, 993 mil contos, equivale a metade do limite de despesas permitido a quem se candidate em todos os concelhos do País, que é de 1,9 milhões de contos.

Apesar de ter criticado esta proposta no decorrer das reuniões do grupo de trabalho criado para debater este assunto, o PSD acabou por votar a favor.

Nas eleições autárquicas, a subvenção estatal passa, segundo a nova lei, a ser repartida da seguinte forma: 25 por cento igualmente distribuídos pelos partidos, coligações ou grupos de cidadãos eleitores que concorram simultaneamente aos dois órgãos do município, sendo 75 por cento atribuídos na proporção dos resultados eleitorais.

Esta proposta foi aprovada com a



abstenção do CDS/PP e o voto a favor dos restantes partidos.

Aprovado com o voto a favor do PS e do Bloco de Esquerda foi ainda o artigo respeitante ao limite máximo admissível para as despesas realizadas nas campanhas

para as autarquias locais, que passa a ter cinco patamares, consoante o número de eleitores de cada concelho.

Lisboa e Porto integram o primeiro patamar. Em cada um destes concelhos, cada partido, coligação ou grupo de cidadãos

eleitores pode gastar 30.150 contos nas campanhas, o equivalente a 450 salários mínimos.

O limite das despesas no segundo patamar, que integra os 15 concelhos com mais de 100 mil eleitores, é de 20.100 contos, o que dá um total de 301 mil e 500 contos.

Nos 24 municípios com um número de eleitores entre 50 mil e 100 mil, os partidos e independentes podem gastar até 241 mil contos no total, cerca de 10 mil contos em cada concelho.

Os dois últimos patamares, que constituem a maioria dos municípios, foram os beneficiados pelo aumento de 81 mil contos na última proposta socialista.

Nos concelhos em que estejam inscritos entre 10 mil e 20 mil eleitores (146) as despesas com as campanhas podem ir até 6.700 mil escudos em cada município, no total cerca de 978 mil contos.

No último patamar, que integra os municípios com menos de 10 mil eleitores, os gastos podem ir até cerca de 3.250 contos em cada concelho, o que dá um total de 405 mil contos.

A Comissão Nacional de Eleições passa a poder notificar os partidos e coligações para que, no prazo de 90 dias, lhes seja apresentada a conta de âmbito local.

As novas leis subirão hoje a plenário para votação final global e terão aplicação já nas autárquicas de Dezembro.

SOCIALISTAS QUEREM MAIS PROTECÇÃO

Os jornalistas vão ver protegidos com «maior visibilidade e transparência» os seus direitos de autor, mediante um projecto de lei que o Grupo Parlamentar do PS vai apresentar no Parlamento.

«A preocupação fundamental foi a de manter, quanto à sua substância, o regime de direito de autor dos jornalistas» constante do Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos (CDADC), «limitando-se, salvo alguns aspectos pontuais, a conferir maior visibilidade e transparência ao normativo vigente», afirmam os deputados socialistas.

No projecto de lei «estabelece-se que, independentemente da natureza da relação jurídica mantida pelo criador intelectual com determinado órgão de comunicação social, a titularidade sobre a obra protegida nasce na esfera jurídica do seu autor, desde que identificável».

«Ou seja» – explica o PS numa «declaração» à Comunicação Social –, «retorna-se aqui o princípio geral de que o



titular originário da obra é o seu criador intelectual, a quem se reconhece faculdade de dispor sobre o uso a conferir à obra protegida, nomeadamente no que toca à disposição dos direitos patrimoniais que lhe são inerentes».

Por outro lado, estende-se o regime especialmente adoptado no CDADC quanto às publicações periódicas a todos os meios de Comunicação Social.

Assim, a obra protegida criada para uma determinada utilização, que deve estar prevista contratualmente, só pode ser comunicada ao público, em separado pelo seu autor, após três meses sobre a data da sua difusão no órgão respectivo.

«O único desvio ao CDADC», neste aspecto, observa-se na redução do prazo de disposição de obras futuras, de dez para dois anos, o que significa, na prática, que ao jornalista passa a assistir o direito de rever as disposições contratuais relativas a direitos de autor decorridos dois anos sobre aquela celebração.

«Pretende-se com isto atenuar as

consequências de eventuais situações de precariedade laboral do jornalista aquando da assinatura do contrato, repondo o equilíbrio negocial desejável», realça o Grupo Parlamentar do PS.

Quanto a sanções, sem prejuízo de responsabilidade civil e criminal, a utilização abusiva do direito de autor implica, para a entidade infractora, o pagamento ao prejudicado de uma quantia correspondente ao triplo dos montantes de que tiver beneficiado com a infracção.

«A sanção estabelecida destina-se a compelir a entidade patronal ao cumprimento do quadro negocial acordado, compensando directamente o autor pela utilização abusiva das obras protegidas pelo direito de autor», segundo a «declaração» de apresentação do projecto de lei.

Este diploma – visando a protecção dos textos, imagens, sons ou desenhos resultantes do exercício jornalístico – surge na sequência do estatuto do jornalista, aprovado em 13 de Janeiro de 1999.

PORTUGAL APRESENTA A QUINTA MAIOR TAXA DE EMPREGO

Portugal tinha em 2000 uma taxa de emprego de 68,1 por cento na faixa etária dos 15 aos 64 anos, o que o colocava em quinto lugar na União Europeia, a par com a Finlândia, revelou o Eurostat.

Segundo os dados do Departamento de Estatísticas das Comunidades Europeias (Eurostat), a taxa de emprego em Portugal situava-se no ano passado acima da média da União Europeia (63,1 por cento) e da zona euro (61,3 por cento).

A taxa de emprego feminina na faixa dos 15 aos 64 anos em 2000 era também elevada no contexto europeu em Portugal, de 60,4 por cento, acima da média da UE (53,8 por cento) e da zona euro (51,4 por cento), situando-se em sexto lugar na comunidade.

Na UE (33,7 por cento) e zona euro (31,6 por cento) cerca de um terço do emprego feminino era a tempo parcial, destacando-se a Holanda onde mais de 70 por cento das mulheres empregadas trabalham a tempo parcial.

Portugal tinha a segunda mais baixa taxa de emprego das mulheres a tempo parcial, de 16,4 por cento, apenas superado pela Grécia (7,9 por cento).

A Dinamarca tinha a mais elevada taxa de emprego geral (76,4 por cento) e feminina (72,1 por cento) em 2000, seguindo-se a Holanda no caso da taxa de emprego geral (72,9 por cento) e a



Suécia, no caso da taxa de emprego feminina (69,7 por cento). A mais baixa taxa de emprego na faixa

etária considerada encontra-se na Itália (taxa geral de 53,4 por cento, feminina de 39,3 por cento), com a Espanha a

apresentar o segundo pior indicador (taxa geral de 54,7 por cento e feminina de 40,3 por cento).

O inquérito às forças de trabalho, realizado pelo Eurostat, retrata a situação na Primavera de 2000 e revela um sensível crescimento da taxa de emprego entre 1998 e o ano passado.

O Eurostat recorda que o objectivo fixado em Março de 2001 pelo Conselho Europeu de Estocolmo, de chegar a 2005 com uma taxa geral de emprego de 67 por cento e de 57 por cento para as mulheres, tinha já sido atingido em 2000 por sete Estados-membros: Dinamarca, Holanda, Áustria, Portugal, Finlândia, Suécia e Reino Unido.

O emprego por conta de outrem representava 84,2 por cento do emprego total da UE em 2000 (83,8 por cento na zona euro), variando entre 58,4 por cento na Grécia e 90,9 por cento na Dinamarca. Em Portugal era de 74,1 por cento.

Os contratos a prazo representavam em Portugal mais de um quinto (20,4 por cento) do emprego assalariado, o segundo valor mais elevado depois da Espanha (32,1 por cento).

A média comunitária de contratos a prazo no emprego por conta de outrem era de 13,4 por cento e na zona euro de 15,1 por cento.

O Luxemburgo tem a mais baixa taxa de contratos a prazo (3,4 por cento), seguido pela Irlanda (4,6 por cento).

CONGRESSO MUNDIAL APELA À ABOLIÇÃO UNIVERSAL

Quize presidentes de parlamentos ou assembleias internacionais, entre eles o português Almeida Santos, lançaram no dia 22 um apelo solene para a instauração «sem demora e em todo o mundo de uma moratória das execuções dos condenados à morte».

O apelo foi feito durante o Primeiro Congresso Mundial contra a Pena de Morte, que se realizou em Estrasburgo, França.

«Apelamos a todos os Estados para que instaurem, sem demora e em todo o mundo, uma moratória das execuções dos condenados à morte e a tomarem iniciativas para abolir a pena capital das suas legislações internas», indica o apelo assinado pelos presidentes presentes nas instalações do Parlamento Europeu em Estrasburgo.

O documento assinado hoje pelos



presidentes de 13 parlamentos nacionais, do Parlamento Europeu e da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa afirmam que a pena de morte «viola o mais fundamental dos direitos da pessoa humana – o direito à vida».

«Apoiamos um vasto movimento a favor da abolição da pena de morte, que conduza ao seu desaparecimento em mais de metade dos Estados do planeta», acrescenta ainda o apelo.

Entre os presidentes que assinaram o documento figura o camarada Almeida Santos, presidente da Assembleia da República portuguesa.

No discurso que proferiu perante o Congresso, o camarada Almeida Santos questionou o argumento dos Estados Unidos de que a pena de morte contribui para reduzir a criminalidade violenta e mencionou que entre 1 a 3 por cento de

condenados à pena capital ou executados são ou eram inocentes.

Almeida Santos atacou também os «seres humanos, responsáveis políticos e até religiosos, que convictamente a defendem (a pena de morte) como um mal necessário», acrescentando que «é particularmente grotesco ver crentes, e até sacerdotes, defenderem a pena de morte. Pois não pensarão esses que defendem a destruição da, segundo eles, obra-prima de Deus?».

Referiu ainda que em Portugal a pena «chegou a ser aplicada – imagine-se! – ao furto... de nabos! E no entanto, foi o primeiro país a aboli-la: para crimes políticos em 1852; para crimes comuns em 1867; enfim para os crimes militares em 1911!».

E a finalizar citou o poeta português Miguel Torga: «Garantamos a cada ser humano o direito de morrer a sua própria morte.»

ONU

Sida

SAMPAIO APELA ÀS IGREJAS PARA INTENSIFICAR LUTA CONTRA DOENÇA



O Presidente da República, Jorge Sampaio, apelou no dia 25 às igrejas e confissões religiosas para que reforcem o seu papel na luta contra a sida, a exemplo do que já acontece em outras áreas da saúde pública. O chefe de Estado, que discursou na sessão especial da Assembleia Geral das Nações Unidas dedicada ao HIV/Sida, dirigiu «uma palavra muito especial às igrejas e confissões religiosas». «É necessário, aqui também (na luta contra a sida), por razões humanitárias imperiosas, um compromisso baseado na compaixão e na solidariedade que não tem de pôr em causa as crenças e os valores morais de cada um», defende Jorge Sampaio, referindo-se ao papel daquelas entidades na luta contra a doença, que disse «gostaria de ver reforçado». No discurso, o presidente lembra que «Portugal tem um problema relevante de sida, no contexto europeu», destacando a propósito, «as acções empreendidas (no país) no campo das drogas, que podem produzir um grande impacto na melhoria dos resultados em relação à incidência do HIV». Segundo Jorge Sampaio, «as políticas de

redução de danos têm-se mostrado eficazes na diminuição do risco de doenças infecto-contagiosas e ainda na prevenção da marginalização social e na facilitação do relacionamento com as estruturas de saúde». O presidente sublinha ainda «a consciência da necessidade de fazer um trabalho específico junto de populações imigrantes, o cuidado a ter com populações móveis e ainda a atenção a ter para com os reclusos». Para Jorge Sampaio, os reclusos «devem poder beneficiar das mesmas possibilidades ao dispor da comunidade livre». Referindo encarar «com especial preocupação o alastrar da epidemia na África sub-saariana», também devido às ligações históricas e de amizade com os países africanos de língua oficial portuguesa, o presidente adianta que Portugal tem procurado no âmbito da Comunidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa e com o «importante contributo» do Brasil sensibilizar os PALOP para intensificarem os esforços de prevenção da sida, dado recear-se «que a situação real seja mais grave do que as estatísticas oficiais indicam».

No plano multilateral, Jorge Sampaio afirma que Portugal apoia a constituição de um Fundo Global para o HIV/Sida, a malária e a tuberculose, por considerar que «a atribuição de mais vultuosos recursos financeiros» para programas de prevenção e tratamento, mas também para a investigação «é, sem dúvida, uma necessidade».

No entanto, considera que «se não houver liderança política e mobilização social para travar o combate (contra a doença), maiores recursos não serão suficientes para o vencer».

Nesse sentido, defende que o apoio internacional tenha «tradução efectiva, no plano nacional, na área da prevenção e do tratamento».

«Para tanto, requer-se planeamento e mobilização adequados e ainda coragem de afirmação pedagógica, capaz de pôr em causa estereótipos, mas também de combater os comportamentos de risco», adianta.

Defendendo uma «resposta plural» dado a «complexidade do problema», Jorge Sampaio lembra, no entanto, existirem «exemplos animadores de que a epidemia pode ser controlada e substancialmente

reduzida, com uma acção atempada e decidida».

«Temos a obrigação de estudar e aprender com essas experiências», afirma, adiantando que «para que tal seja possível, precisamos de ser mais exigentes connosco próprios e pedir maior dedicação e mobilização à sociedade civil».

Jorge Sampaio é um dos 24 chefes de Estado e do Governo que participaram nesta sessão especial da Assembleia Geral da ONU, a primeira dedicada a um tema de saúde, que terminou ontem, quarta-feira. O objectivo da reunião é produzir uma declaração final determinando o combate mundial contra a epidemia.

Também deve ser acordada a criação de um fundo internacional de combate à doença.

BRUXELAS

VI Programa-Quadro

MILHÕES PARA CONSTRUIR UMA EUROPA MAIS DEDICADA À CIÊNCIA

O Conselho de Ministros de Investigação discutiu na semana passada o VI Programa-Quadro, que dedica 17.500 milhões de euros (3500 milhões de contos) à construção de uma Europa atraente para cientistas de todo o mundo. Actualmente, a Europa parte com grande desvantagem relativamente aos fundos dedicados à investigação, face à forte concorrência dos Estados Unidos e Japão. A média situa-se em 1,9 por cento do PIB, quase um ponto abaixo do valor norte-americano. Além disso, as diferenças entre os países membros da União Europeia são grandes, uma vez que a Suécia dedica 2,88 por cento do seu Produto Interno Bruto (PIB) à investigação, enquanto a Grécia apenas lhe reserva 0,11 por cento, segundo a agência de estatísticas da UE, a Eurostat. O Programa Quadro (2002-2006), apresentado em Fevereiro pela Comissão Europeia, poderá ser aprovado definitivamente durante a presidência espanhola da União, isto é, durante o

primeiro semestre do próximo ano. Mas antes deverão ser resolvidos alguns aspectos que não contam com o apoio nem do Parlamento Europeu nem do Conselho de Ministros, segundo fontes diplomáticas. As duas instituições comunitárias mostram-se reticentes perante a intenção do executivo de introduzir vários instrumentos de financiamento que, à partida, vão beneficiar mais as grandes multinacionais que as pequenas empresas e universidades. Há que ter em conta que as universidades protagonizam, em muitos países, mais de 60 por cento dos projectos de investigação. A Comissão subsidia 50 por cento de cada projecto que recebe ajuda comunitária, com um valor máximo de dois milhões de euros (400,9 mil contos) por projecto. A partir de agora, Bruxelas propõe executar subsídios através de três modalidades: projectos integrados, redes de excelência ou participações. A primeira (projectos integrados) levanta os protestos das universidades e das PME, já que as multinacionais seriam as beneficiadas por poder realizá-los com

maior facilidade. A Comissão teve de recuar na sua pretensão de dedicar «dezenas ou centenas de milhões de euros» a cada projecto, como assegurava a princípio, substituindo-a por «alguns milhões ou dezenas de milhões», mas sem especificar quantidades.

Redes de excelência

Com as «redes de excelência» prevê-se unir grupos de investigação europeus numa disciplina determinada, ainda que não se conheça a metodologia que possibilite a sua concretização.

O terceiro instrumento (participações), na realidade a única novidade, é a aplicação, pela primeira vez, do artigo 169 do Tratado, que prevê que a Comissão possa subsidiar projectos de investigação realizados por dois ou mais Estados da União.

Seria o caso, por exemplo, da investigação de vacinas contra doenças tropicais como a malária, com a participação de hospitais de vários países europeus.

O VI Programa Marco de Investigação

centra-se em sete áreas prioritárias: genoma e biotecnologia, sociedade da informação, nanotecnologia (estudo de materiais pequenos) e materiais inteligentes, aeronáutica e espaço, segurança alimentar e riscos para a saúde, mudança climática e tecnologia «limpa», e sociedade do conhecimento.

Para estas sete áreas vai dedicar-se cerca de 80 por cento do investimento total.

O resto vai ser canalizado ao apoio à inovação, PME, cooperação internacional ou mobilidade de investigadores, aspecto considerado essencial, e que vai receber 1000 milhões de euros (200,4 milhões de contos), um valor 20 por cento superior ao actual.

Estão também previstos 1250 milhões de euros (250,6 milhões de contos) para o sector nuclear (tratamento de resíduos radioactivos, segurança nuclear, protecção radiológica de trabalhadores ou fusão nuclear).

O VI Programa Quadro encontra-se actualmente em fase de análise no Parlamento Europeu.

MAIOR ATRACÇÃO PELA REGIÃO CENTRO

Os resultados preliminares dos Censos 2001 revelaram que a Região Centro registou um crescimento populacional menor do que o total do País nos últimos dez anos, mas foi uma das que conseguiu atrair mais pessoas.

Apresentados segunda-feira, dia 25, em Coimbra, os primeiros dados conhecidos mostram que a população da Região Centro teve um acréscimo de 1.721.650 pessoas, em 1991, para 1.779.672 no dia 12 de Março deste ano, ou seja, de 3,4 por cento, enquanto a nível nacional o aumento foi de 4,6 por cento.

O número total (mais de metade do sexo feminino) poderá ter sido prejudicado pelo saldo dos nascimentos, que fez diminuir a população em 1,8 por cento, mas beneficiado do saldo migratório positivo, que contribuiu em 5,1 por cento para o crescimento demográfico.

«Estes aumentos têm a ver com o saldo migratório. É uma região que se impõe a nível nacional, atraindo pessoas. Estamos à frente do Norte em termos absolutos», afirmou o presidente da Comissão de Coordenação da Região Centro (CCRC), Vasco Ribeiro.

Leiria, Viseu, Coimbra e Aveiro continuam a ser os maiores concelhos dos 78 que compõem a Região, concentrando um quarto da população total, sendo que, segundo Henrique Albergaria, director regional do Centro do Instituto Nacional de Estatística (INE), «há uma correlação com as capitais de distrito» (à excepção de Castelo Branco).

No entanto, em termos relativos, os concelhos da periferia das sedes de distrito estão entre aqueles que mais cresceram, nomeadamente Lousã (18,03 por cento), Condeixa-a-Nova (17,73 por cento), Vagos (15,61 por cento) e Vila Nova de Poiares (14,22 por cento), uma situação que tem a ver com a proximidade entre a residência e o local onde exercem a sua actividade profissional, referiu o responsável.

Foram estes concelhos, e também Miranda do Corvo, que mais pessoas receberam de fora, enquanto que os da Batalha, Porto de Mós, Leiria, Ovar e Aveiro registaram os maiores saldos naturais.

No que respeita aos decréscimos populacionais, Henrique Albergaria afirmou que os dados «não são inesperados»: em termos absolutos, em primeiro lugar aparece Seia, com menos 2.189 pessoas, seguida do Sabugal, Idanha-a-Nova, Pinhel e Almeida, e, em termos relativos, Penamacor, que registou menos 18,4 por cento de população, e depois Vila Velha de Ródão, Meda, Almeida e Mação.

«São concelhos que se estão nitidamente



a esvaziar», realçou o responsável do INE, acrescentando que a maior parte destes concelhos, todos do interior do País, registam também menores saldos migratórios.

Estancar a desertificação

O presidente da CCRC referiu que, apesar do decréscimo populacional em concelhos do interior, estes estão «a recuperar o atraso muito mais do que no litoral», uma vez nos Censos de 1991 tinham perdido mais de 40 mil pessoas, um número que em 2001 baixou para 13 mil.

«Estamos a estancar a desertificação e, nalguns casos, a inverter a tendência», sublinhou.

Para Vasco Ribeiro, o crescimento populacional de alguns concelhos está muito ligado à questão das acessibilidades e exemplificou com o caso de Viseu, servido pelo IP3 e IP5.

Neste âmbito, mostrou-se «muito insatisfeito» com os resultados de Montemor-o-Velho, que não beneficiou da proximidade a Coimbra, tendo registado um decréscimo populacional, e atribuiu essa situação ao atraso na conclusão da auto-estrada que liga Coimbra à Figueira da Foz. Na última década, o número de famílias também aumentou significativamente na Região Centro (17,6 por cento), ainda que menos do que no todo nacional. Registou-

se um acréscimo de 100.773 famílias desde 1991, mas a dimensão média de cada agregado diminuiu, de 3,01 para 2,65.

As maiores diminuições da dimensão média das famílias verificam-se sobretudo nos concelhos mais populosos, sendo o de Coimbra aquele que apresenta um decréscimo mais acentuado, o que, segundo Henrique Albergaria, são «dados que não fogem do padrão nacional».

No que respeita aos alojamentos e edifícios, a Região Centro sofreu «aumentos consideráveis, relacionados com o crescimento das famílias», mas situa-se abaixo da média nacional: os primeiros cresceram 15,9 por cento (mais 130.381) e os edifícios apenas 8,7 por cento (61.082).

«Apesar do que parecia ser um acréscimo generalizado, ainda há concelhos que apresentam decréscimos», referiu o director regional do Centro do INE, aludindo a oito dos 78 concelhos do Centro que sofreram uma diminuição do número de alojamentos, liderados por Penamacor, com menos 408. Nos edifícios, o número de concelhos que registou um decréscimo sobe para 10, sendo o de Figueira de Castelo Rodrigo o mais afectado (456).

Face aos Censos de 1991, Viseu e Leiria foram os concelhos com o maior crescimento quer de edifícios, quer de alojamentos. Por seu turno, Coimbra, Figueira da Foz e Aveiro registam um

número médio de alojamentos por edifício mais elevado, e Sabugal, Penamacor, Idanha-a-Nova e Vila de Rei o mais reduzido.

Açores em crescimento

A população açoriana aumentou dois por cento entre 1991 e 2001, mas apenas três das nove ilhas do arquipélago – S. Miguel, Faial e Corvo – viram crescer o número dos seus residentes no decénio.

Segundo os dados preliminares dos Censos 2001, os Açores passaram a ter 242.073 habitantes, contra 237.795 em 1991, registando-se um crescimento da população pela primeira vez desde 1960. S. Miguel e Faial viram crescer o seu efectivo demográfico em quatro por cento, sendo de seis por cento o aumento da população do Corvo.

Enquanto na Terceira o total de residentes se manteve, Flores e Graciosa tiveram uma quebra de oito por cento, S. Jorge e Santa Maria ficaram com menos cinco por cento e o Pico viu baixar a sua população em três pontos percentuais.

Segundo os dados apurados pelos Censos 2001, as ilhas têm um total de 74.325 famílias, existindo 98 homens por cada 100 mulheres.

Entre 1991 e 2001 o número de elementos por família caiu de 3,74 para 3,26, mas manteve-se acima da média nacional que é de 2,8 pessoas por família.

MÁRIO SOARES LAMENTA FALTA DE LÍDERES COM CONVICÇÕES

O ex-Presidente da República e ex-líder do PS Mário Soares, em entrevista a um jornal espanhol, analisa criticamente o actual processo de construção europeia, lamentando a «falta de líderes com convicções» e defende uma Europa, «potência internacional», que sirva de «contrapeso amigável» aos Estados Unidos. Numa extensa entrevista publicada pelo jornal «El País», o camarada Mário Soares critica a política de George W. Bush e diz que Espanha e Portugal devem «falar mais». O antigo primeiro-ministro português, que assinou o acordo de adesão de Portugal à União Europeia, então CEE, afirma que a Cimeira de Nice «foi praticamente um fracasso», onde ninguém se pôs de acordo no modelo a seguir.

Os dirigentes europeus «decidiram um calendário para o alargamento sem definir antes a reforma institucional e financeira», argumentou.

Mário Soares opõe-se quer ao modelo alemão, quer ao francês, pois - ressalta - a «Alemanha quer aumentar sua influência internacional através da Europa, o que é bom para os europeus, e a França deseja uma UE mais cidadã e social, mas menos federalista».

«Eu creio que há que construir uma Europa forte e eficaz, que se transforme numa potência internacional para desempenhar um papel regulador, um contrapeso amigável, face aos Estados Unidos», afirma o ex-Presidente português que se mostra partidário de um «sistema federalista em que se reforce o poder da Comissão Europeia, que deveria transformar-se no autêntico Governo europeu».

«Preconizo uma Europa federal forte», que dê lugar a uma «Europa forte, não só económica, como até agora, mas política, social e cultural», capaz de intervir na regulação do mundo, «onde há cada vez mais pobreza, mais desigualdade e mais desequilíbrios em que uma ordem internacional mais justa não seja feita só através de uma potência».

Por outro lado, Soares sustenta a que a UE «deve ter recursos próprios» e defende uma Europa que «seja capaz de intervir nos conflitos internacionais».

«Somos os que mais contribuímos no Oriente Próximo, mas em contrapartida não temos nenhum poder de intervenção porque também não temos uma força militar», afirma Soares, que defende um exército profissional europeu, embora só quando a Europa tenha recursos próprios. Soares defende a implantação de um imposto europeu e que o orçamento europeu não seja só o 1,27 por cento do PIB de cada país-membro.

O actual eurodeputado socialista diz ainda que na Europa «faltam líderes com convicções claras», «socialistas ou conservadores», pois acredita na alternância



com líderes que «não se limitem a andar atrás dos votos e da popularidade com o eterno sorriso de plástico».

Os dias desastrosos de Bush

O ex-Presidente diz que a eleição do Presidente norte-americano, George W. Bush, «não tranquiliza muito» num «ideal de equilíbrio mundial».

Na sua opinião, «os primeiros cem dias de Bush foram desastrosos para os EUA e para a Europa».

E cita a iniciativa os exemplos de relançar mísseis sobre o Iraque sem consultar a UE, com a cumplicidade do Reino Unido, o que lhe parece «intolerável», a entrada do avião-espião na China, a recuperação da velha ideia do escudo antimíssil, a não assinatura do Protocolo de Quioto e não proibição as armas químicas e bacteriológicas.

Soares considera que «é significativo» que a viagem de Bush à Europa tenha começado pela Espanha.

«Espanha é um grande país e a segunda língua falada no mundo, mas a viagem de Bush a este país teve também um objectivo militar, cujos resultados desconhecemos», afirma

Mário Soares para acrescentar a seguir: «Creio que Espanha e Portugal deveriam entender-se nesse sentido e noutros face aos planos dos EUA.»

Na entrevista, Soares analisa desde diversos pontos de vista as relações luso-espanholas, em que defende a cooperação bilateral, europeia e internacional, para concluir: «Temos que falar mais.»

«É necessário reforçar a aliança e a cooperação hispano-lusa», afirma Soares, para quem se «deveriam revitalizar as cimeiras Ibero-americanas e impulsionar a influência na Ibero-América».

«Nós temos interesses convergentes e deveríamos defender na UE os interesses ibero-americanos e do Mercosur, devemos ajudá-los e não deixá-los desesperados, como estão», afirma Soares.

A Península ibérica «é também um grande espaço económico próprio, dentro da UE, em que há muitas empresas espanholas em Portugal e há muito menos empresas portuguesas em Espanha se bem que isso não é só um problema português, mas também espanhol», disse.

«Espanha não deve olhar-nos do ponto de vista de um país rico para com um país pobre, pois isso cria desequilíbrios, receios e ressentimentos que impedem desenvolver qualquer trabalho conjunto», afirma Mário

Soares, para quem a Península Ibérica unificada, «com padrões de vida unificados, com as fronteiras abertas, constitui um grande repto para ambos países e uma condição básica para que desempenhemos um papel importante na UE e no Mundo».

Soares reconhece que em Portugal «sempre existiram certos complexos, certos fantasmas em relação a Espanha», mas lembra que «depois da entrada na UE comprovou-se que os países podem entender-se no essencial».

O ex-Presidente português insiste: «Temos que falar mais.» Reconhece que Espanha é um grande país na Europa, na América e

nos Estados Unidos, para Portugal é importante que as duas línguas somem mais de 600 milhões de falantes, frisa.

«Portugal com a identidade e a cultura que tem não deve ter medo de Espanha, pois «só os débeis têm complexo de inferioridade», ressalta.

Na entrevista, Mário Soares refere-se também à situação em Angola, «um país devastado», que «nunca teve paz nos 27 anos depois da independência».

«Há dois senhores da guerra que se aproveitam do conflito com a absurda teoria de fazer a guerra para procurar a paz», sustenta.

«Há que começar por desarmá-los e sentá-los à mesa», «há que obrigá-los a dialogar», afirma Soares.

Sobre Timor-Leste, diz que tem «esperanças, mas também alguns receios». «Tenho uma grande confiança em Xanana Gusmão, um homem de uma estatura moral e política que me lembra Mandela», mas «se não o convencermos a apresentar-se às eleições, a transição vai complicar-se e sem ele tenho sérias dúvidas sobre o futuro em Timor», afirma o ex-Presidente.

Sobre o Brasil, diz que «é uma grande potência e um grande mercado, quase um continente» de que «Portugal deveria estar mais perto».

«É o garante da língua portuguesa no mundo, os EUA são o primeiro investidor no Brasil e a seguir a Espanha e Portugal», pelo que «nós, portugueses e espanhóis, deveríamos apostar ao máximo por esse país e demonstrar-lhe a solidariedade ao Mercosul».



Albufeira

Presidente visita Olhos d'Água e dá garantias

Na visita à Freguesia de Olhos d'Água, realizada no dia 21, o presidente da Câmara de Albufeira anunciou a abertura, ainda este ano, de inscrições para habitação social naquela jovem freguesia. Espera-se que no próximo ano arranquem as obras para a construção de 42 fogos na zona da Medronheira.



A habitação é uma das carências mais prementes da freguesia, a par do abastecimento de água.

São situações reconhecidas pelo autarca, que prometeu envidar todos os esforços no sentido de as sanar. «Iremos investir cerca de meio milhão de contos no abastecimento de água a esta freguesia, incluindo condutas adutoras e reservatórios, o que servirá para resolver definitivamente os problemas», afirmou.

Obras do miradouro já adjudicadas

Acaba de ser adjudicada em definitivo a empreitada referente à execução do miradouro e rectificação e dotação de infra-estruturas da Rui Samora Barros. Trata-se de um investimento que ascende a mais de 55 mil contos. As obras arrancam em breve.

Cascais

Requalificação da Rotunda da Marginal em Carcavelos



Estão já a decorrer os trabalhos para a requalificação da Rotunda de Carcavelos,

considerada como uma das mais perigosas existentes na Estrada Marginal que liga Lisboa a Cascais.

Orçados em cerca de 15 mil contos os trabalhos, que decorrem durante a noite para evitar complicações na circulação automóvel, deverão estar concluídos no final deste mês.

Lisboa

Câmara apresenta Carta do Ruído

A Carta do Ruído de Lisboa, elaborada por uma equipa do Instituto Superior Técnico (IST), foi apresentada no dia 25 nos Paços do Concelho. Objectivo: saber qual a situação acústica da capital.



A apresentação pública do documento foi presidida pelo presidente da autarquia, João Soares.

A carta do ruído de Lisboa foi feita pelo Grupo de Acústica do Centro de Análise e Processamento de Sinais do IST e apresenta respostas às exigências dos quadros legais, nacional e europeu.

Através da carta tem-se conhecimento do estado acústico da cidade e das influências das fontes de ruído mais relevantes.

«A carta é uma ferramenta para o diagnóstico e gestão do ambiente sonoro bem como para a redução dos níveis de ruído já que constitui uma fonte de informação para os cidadãos e para os técnicos de planeamento do território», refere a autarquia em comunicado.

A apresentação da Carta de Ruído de Lisboa surge pouco mais de um mês depois da entrada em vigor da nova lei do ruído, que veio proibir nas áreas habitacionais actividades ruidosas temporárias.

Santo Tirso

VIII Festival Internacional de Guitarra

Os guitarristas portugueses Paulo Peres e Maria Paula Marques actuaram no dia 16 de Junho, no auditório da nova Biblioteca Municipal de Santo Tirso.

Tratou-se de um concerto inserido no âmbito do VIII Festival Internacional de Guitarra de Santo Tirso.

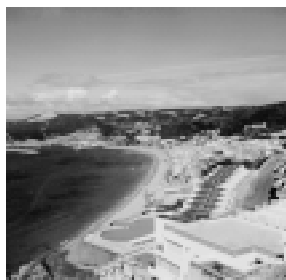
Depois de John Williams – o mestre australiano da guitarra clássica que abriu,

com chave de ouro o certame deste ano, fazendo a síntese das sete edições anteriores e da própria história da guitarra – foi a vez deste jovem duo português mostra por que razão o ensino da guitarra em Portugal está em tão franco desenvolvimento e são já tantos os praticantes deste instrumento musical.



Sesimbra

Complexo Desportivo da Costa Grande



Cerca de um ano depois da abertura do Pavilhão Desportivo de S. Lázaro, a oferta em termos de prática desportiva aumentou substancialmente em Amarante com a abertura do Complexo Desportivo da Costa Grande, um equipamento que proporciona sete modalidades e que se dirige a praticantes dos mais diversos escalões etários.

Sintra

Projecto de revitalização do Parque Urbano de Mira Sintra

A Câmara Municipal de Sintra apresentou o projecto de revitalização do Parque Urbano de Mira Sintra, elaborado há 35 anos pelo arquitecto Ribeiro Teles, com mais de dois hectares, que se encontra agora degradado.

«É um parque que há quase 40 anos mantém a sua actualidade devido à visão do futuro do seu criador e que precisa agora de ser revitalizado», disse Edite Estrela, presidente da Câmara Municipal de

Sintra, na apresentação do projecto que teve como convidada de honra a secretária de Estado da Habitação, Leonor Coutinho. «Este era um bairro muito castigado e isolado e agora é um exemplo de persistência em Portugal», disse Leonor Coutinho.



A primeira fase da revitalização do parque custará 200 mil contos e a sua execução, que durará nove meses, arranca ainda este ano, segundo Domingos Paiva Nunes, vereador da Câmara Municipal de Sintra, com o pelouro das Obras Municipais.

«A segunda fase também vai custar cerca de 200 mil contos e contempla a construção de um centro de apoio a idosos e um centro de apoio à criança», acrescentou o vereador.

O arquitecto Gonçalo Ribeiro Teles, responsável pela criação do parque urbano de Mira Sintra e que agora acompanha a sua revitalização, enalteceu o projecto da autarquia e lembrou que é fundamental que se trave a construção desenfreada na Área Metropolitana de Lisboa, para esta não se tornar a «Bombaim da Europa».

«Este tipo de parques são só parte de uma necessária estrutura ecológica urbana fundamental de uma cidade do século XXI», lembrou o arquitecto, acrescentando que o parque por si criado há 35 anos é quase «um dado arqueológico».

O projecto de revitalização do Parque Urbano de Mira Sintra foi apresentado na sequência do 25º aniversário do Centro de Educação para o Cidadão Deficiente (CECD) da localidade, uma instituição que tem trabalhado com jovens e crianças deficientes.

«Tive a oportunidade de acompanhar o crescimento e a modernização desta instituição que tem demonstrado uma grande dedicação à causa, seguramente das mais desfavorecidas na nossa sociedade, dos jovens deficientes», disse Edite Estrela.

Além da apresentação do projecto, a autarquia celebrou ainda três protocolos com o CECD, para adjudicar a manutenção e a limpeza de cerca de cem mil hectares de zonas verdes, em Mira Sintra, à equipa de jardinagem desta instituição, composta por pessoas com deficiência.

ELEIÇÕES AUTÁRQUICAS «Amar Lisboa»

JOÃO SOARES APRESENTA PRIORIDADES

A requalificação do centro da cidade, tirar os carros dos passeios, e reforçar a política ambiental são as principais prioridades para os próximos quatro anos da coligação de esquerda PS/PCP à Câmara Municipal de Lisboa, apresentadas na passada quinta-feira, dia 22, pelo recandidato socialista João Soares.

O líder da coligação de esquerda «Amar Lisboa», que este ano é alargada ao Movimento do Partido da Terra e ao PPM, fez um balanço da obra realizada pela qual «se vai bater», contra a «demagogia e a facilidade de quem só sabe fazer promessas e dizer palavras bonitas», numa alusão aos dois candidatos da direita, qual deles o mais



populista e demagógico. Num palco instalado sob a pala do Pavilhão de Portugal, no Parque das Nações, João Soares começou por fazer um balanço da

obra feita em Lisboa, como a erradicação das barracas, e a construção de infra-estruturas viárias, para depois enunciar as novas prioridades para Lisboa.

A requalificação do centro da cidade, a construção de habitação a custos controlados para jovens, o ordenamento do trânsito e do estacionamento, privilegiando os transportes públicos e estimular a participação e sensibilização ambiental são as quatro apostas da coligação.

Por Lisboa «ser uma paixão exclusiva», o camarada João Soares afirmou que a cidade «não é um trampolim para outros desígnios» e «só na altura certa», irá «pedir a renovação da confiança baseada não em sorrisos e palavras bonitas, mas pelo respeito à cidade».

Antes, o número um da lista à Assembleia Municipal, o comunista João Amaral, começou por sublinhar que a coligação «está aberta a todos, independentes ou

movimentos de cidadãos», para depois recordar que dez anos atrás, a cidade estava «parada no tempo».

Os bairros de barracas, a «quase inexistente vida cultural» foram alguns dos exemplos apontados pelo actual presidente da AM da estagnação em que se encontrava a cidade há dez anos.

João Amaral destacou uma obra «que não se vê por estar debaixo do chão», mas que «custou milhões de contos e que permitiu aos lisboetas não sofrerem as cheias que todos os anos assolavam a cidade».

Os socialistas Mário Soares, Manuel Alegre, Jorge Coelho, o líder da bancada parlamentar do PS, Francisco Assis, Edite Estrela, e os comunistas Octávio Teixeira, líder da bancada parlamentar do PCP, Rui Godinho, ex-vereador na autarquia e Jorge Cordeiro, e várias personalidades da área da cultura, figuravam entre os apoiantes da coligação.

Guterres recusa medidas neoliberais

O secretário-geral do PS, António Guterres, afirmou no dia 26 de madrugada que irá à luta nos próximos combates políticos e disse que abandonará o lugar de primeiro-ministro no dia em que lhe tentarem impor medidas neoliberais.

Estas posições do camarada António Guterres foram assumidas a meio da reunião da Comissão Política dos socialistas com o Grupo Parlamentar do PS.

«Se há pessoa que tem dado a cara, sou eu. Se há pessoa que não tem fugido ao combate, sou eu», sublinhou o líder do PS e chefe do Governo, falando depois de uma intervenção feita pelo ministro do Equipamento Social, Ferro Rodrigues, que se manifestou solidário com Pina Moura e com António Guterres.

O primeiro-ministro também respondeu às posições assumidas pelo vice-presidente da Assembleia da República em relação à linha política assumida pelo Governo.

António Guterres optou mesmo por deixar uma garantia aos dirigentes e deputados socialistas, assegurando que abandonará o cargo de primeiro-ministro no dia em que lhe tentarem impor medidas neoliberais.

«No dia em que me tentarem impor políticas neoliberais, vou-me embora. Tenho um projecto de esquerda, que é o do PS», disse.

No entanto, ao longo da reunião, o primeiro-ministro não se referiu nem por uma única vez à hipótese de proceder a uma remodelação do seu Governo ou à tese de que o executivo esteja a ser alvo de uma acção concertada contra si por parte dos grandes grupos económicos que se queixam da reforma fiscal.

Ferro Rodrigues, por sua vez, referiu que, face à «actual ofensiva» dos partidos à direita do PS, na sequência da apresentação do Orçamento Rectificativo e do programa de redução da despesa pública, António Guterres «tem de assumir pessoalmente essa luta».

Segundo o ministro do Equipamento Social, a ofensiva em curso pela oposição de direita «é sobretudo dirigida contra António Guterres», razão pela qual deverá explicar aos portugueses os motivos e o horizonte temporal das medidas assumidas pelo Executivo.

Por seu lado, a deputada socialista Helena Roseta defendeu a tese de que a actual conjuntura política deveria levar o PS a apresentar uma moção de confiança na Assembleia da República. A resposta a esta posição chegou por intermédio do membro da Comissão Permanente do PS José Junqueiro, que em conferência de Imprensa disse que os socialistas «não entrarão em aventureirismos políticos».

«Esgotaremos todos os mecanismos para garantir a estabilidade política», acrescentou, antes de acusar a oposição de estar a fazer «ataques selectivos contra a figura do primeiro-ministro».

«Também não aceitaremos ataques selectivos contra membros do Governo, com o objectivo de criar instabilidade», referiu o secretário de Estado da Administração Portuária, numa referência indirecta à actual pressão exercida sobre o titular da pasta das Finanças, Pina Moura.

Em relação aos debates sobre o Estado da Nação e o Orçamento Rectificativo, o dirigente socialista disse querer saber «de que metal é feita a oposição», garantindo que o PS «está pronto para o combate».

A reunião abriu com intervenções de António Guterres, de Pina Moura e do secretário de Estado do Orçamento, Fernando Pacheco, sobre o Orçamento Rectificativo e o programa de redução da despesa pública.

Internacional Socialista das Mulheres reuniu em Lisboa

O Comité Executivo da Internacional Socialista de Mulheres esteve reunido terça e quarta-feira em Lisboa. O encontro contou com a participação de 131 organizações de todo o mundo.

A próxima reunião do Comité Executivo da Internacional Socialista de Mulheres realiza-se em Setembro em Maputo, Moçambique, para debater as consequências da sida em África e a alta incidência da doença na população feminina.

A informação foi divulgada no dia 26 no início da reunião do Comité Executivo da ISM, realizada em Lisboa, em que foram debatidos problemas relacionados com o trabalho e a saúde.

Fonte da Direcção Nacional de Mulheres Socialistas, presidida por Maria Carmo Romão, disse que os principais temas debatidos neste primeiro dia de reunião foram a saúde reprodutiva e a sida.

A espanhola Dolores Renau, do PSOE e presidente da ISM desde 1999, afirmou que as resoluções desta reunião têm como primeira reivindicação a defesa «como direito social» do acesso das mulheres ao trabalho remunerado em condições que normalmente implicam o «cuidado com os filhos e com a casa».

Renau salientou a necessidade de caminhar para «um novo pacto social, com uma noção diferente do tempo e das relações entre os casais, dos papéis tradicionais e do conceito do poder nas relações pessoais».

A ISM foi fundada em 1907 em Estugarda e há quase um século que luta a favor da igualdade dos direitos das mulheres e a sua integração na vida social e laboral.



PS EM MOVIMENTO

AÇORES

V Congresso Regional da JS

A Juventude Socialista dos Açores vai mais uma vez organizar a sua reunião magna. Assim, o V Congresso da JS/Açores irá realizar-se de 14 a 16 de Setembro na cidade da Horta, ilha do Faial.

O Congresso dos jovens socialistas dos Açores contará com a participação de cerca de 180 delegados representantes de todos os concelhos dos Açores.

GONDOMAR

Bexiga defronta Valentim

O camarada Ricardo Bexiga é o candidato que o Secretariado de Gondomar do PS vai propor à Comissão Política Concelhia para defrontar o actual presidente laranja Valentim Loureiro, que no intervalo dos seus inúmeros afazeres governa a autarquia.

O camarada Bexiga, que é actualmente vereador na Câmara de Gondomar, foi escolhido numa reunião realizada na semana passada onde participaram os líderes concelhio (Alberto Silva) e distrital (Narciso Miranda) do PS e coordenadores das secções do concelho.

IDANHA-A-NOVA

PS quer regressar à Câmara

O Partido Socialista, que no distrito de Castelo Branco detém três câmaras contra oito do PSD, quer aumentar esse número nas próximas eleições autárquicas de Dezembro, afirmou, em Idanha-a-Nova, o camarada José Sócrates.

«Ou Idanha aceita que estes últimos quatro anos (PSD) foram um caminho de estagnação e declínio, ou reclama um futuro melhor, voltando aos tempos gloriosos do desenvolvimento de quando a Câmara era de maioria socialista», acrescentou ministro do Ambiente e dirigente nacional do PS dirigindo-se aos cerca de 500 apoiantes à candidatura de Álvaro Rocha à câmara local.

«Apresentar Fernando Serrasqueiro à Assembleia Municipal e Álvaro Rocha à Câmara é a melhor garantia que vos podemos dar, porque eles são os melhores e são uma garantia de futuro para a velhice e para a juventude», sublinhou.

Para Sócrates, é necessário apagar «estes quatro anos de declínio e de estagnação», sendo necessário «combater por uma Câmara de Idanha com prestígio, com força, e capaz de trazer para aqui o investimento necessário ao seu desenvolvimento», concluiu.



Grupo de Estudos do PS quer ajudar a promover o debate

O PS reuniu no dia 22 o seu Grupo de Estudos para revitalizar o debate político no partido, mas deixou de fora a agenda política actual, concentrando-se apenas na sua organização.

Num intervalo da reunião, Alexandre Rosa, que é também secretário de Estado da Administração Pública e da Modernização Administrativa, salientou que a reunião não pretendeu ser «conclusiva».

«Um partido inteligente» é a meta do Grupo de Estudos, que por enquanto só está a «identificar as temáticas» sobre as quais se vai debruçar.

Reflexão viva e permanente

Do grupo também não se devem esperar

«estudos para encontrar soluções» nem «assessoria técnica» ao Governo socialista, mas uma «reflexão viva e permanente».

Com cerca de 30 membros, o grupo pretende «distância da agenda política do dia-a-dia», para ajudar a promover o debate dentro e fora do partido no «momento difícil e de alguma perplexidade» que a sociedade portuguesa vive.

Nomes do Governo como o ministro do Trabalho, Paulo Pedrosa e as secretárias de Estado da Habitação, Leonor Coutinho, e da Educação, Ana Benavente, o secretário de Estado da Saúde, José Boquinhas, o deputado Jorge Lação e o autarca José Luís Judas compõem a direcção do grupo.

JS

Debate sobre o futuro do socialismo

O Secretariado Nacional da JS organiza no próximo dia 30 de Junho, no Centro Cultural de Cascais, uma conferência internacional subordinada ao tema «O futuro do socialismo», que contará com a presença de diversas personalidades internacionais que debaterão com os jovens socialistas este importantíssimo e sempre actual tema.

O início dos trabalhos está marcado para as 9.30 horas com a recepção dos participantes, estando previsto a realização de manhã de uma mesa-redonda sobre «O futuro político da UE: o pós-Nice».

Pela tarde, debater-se-á o painel «O futuro do socialismo», estando agendada para as 18.30 horas a sessão de encerramento que contará com a presença dos camaradas Jâmbia Madeira e José Lamego, respectivamente, secretária-geral da JS e secretário nacional das Relações Internacionais do PS.

«O futuro do socialismo», uma conferência a não perder. Uma grande iniciativa do Secretariado Nacional da JS.



PENHA DE FRANÇA

Secção escolheu candidatos

A Assembleia Geral de Militantes da Secção da Penha de França, presidida pelo camarada Fernando Bastos Silva, reunida no passado dia 5 de Junho, aprovou por unanimidade a lista de candidatos do PS a integrar a coligação de esquerda «Mais Lisboa» à Assembleia de Freguesia da Penha de França.

O camarada João Jofre da Fonseca Costa, actual presidente da Junta, lidera a lista, que integra os camaradas Manuel Oliveira Duarte, Maria Lurdes Lourenço, F. Bastos Silva, Celeste Júlia Alves, Francisco Amador Mestre, J. C. Castelo Branco, A. Amaral, Henrique Hilário Gonçalves, Maria Proença, Artur Guerreiro, Luís Martins e Maria Helena Alves Neto.

É um conjunto de camaradas capazes de assegurar a continuidade do excelente trabalho realizado pelos autarcas socialistas na Freguesia, no âmbito da coligação de esquerda. Trata-se de uma lista, na sua esmagadora maioria constituída por camaradas com provas dadas de muitos anos de militância no partido e na Secção, profundos conhecedores da realidade da Freguesia nos seus múltiplos aspectos, alguns deles com uma vasta experiência autárquica.

Na Assembleia Geral de Militantes, que decorreu num clima de grande unidade, debateu-se ainda o processo autárquico.



Junqueiro afirma em conferência de Imprensa Governo está a prevenir sinais de crise na economia

O dirigente socialista José Junqueiro garantiu no dia 26 que o PS se apresentará unido em defesa das recentes medidas adoptadas pelo Governo para «prevenir os sinais de crise» da economia internacional. A posição do secretário de Estado da Administração Portuária foi assumida, em conferência de Imprensa, no final da reunião da Comissão Permanente do PS.

De acordo com José Junqueiro, o Governo «agiu bem ao não ignorar os sinais de crise» provenientes de algumas das maiores economias mundiais, como os Estados Unidos da América e a União Europeia.

«Por isso, o PS estará unido no apoio ao Orçamento Rectificativo e ao programa de redução de despesa pública», assegurou. A seguir, Junqueiro procurou retirar qualquer credibilidade à possível alternativa formada pelas duas maiores forças políticas à direita do PS, começando por acusar o PSD de

«criticar muito, mas nunca apresentar soluções».

«Depois há também aqueles que lançam a ideia de que vão apresentar moções de censura ao Governo, mas, no dia seguinte, dizem que afinal já não vão fazer nada», comentou o membro da Comissão Permanente dos socialistas, numa referência indirecta ao CDS-PP.

Interrogado sobre o motivo que leva o primeiro-ministro a remodelar sempre os seus Governos sob pressão, José Junqueiro remeteu a questão para o próprio chefe do Executivo, António Guterres.

No entanto, defendeu que as remodelações até agora feitas pelo primeiro-ministro «foram pontuais e destinaram-se a reequilibrar a equipa do Governo, nunca tendo gerado qualquer crise ou sobressalto político no País».

ONU

Jorge Sampaio

SIDA E POBREZA GERAM CICLO VICIOSO*



Felicito-o, senhor secretário-geral, pela iniciativa de convocar esta sessão especial da Assembleia Geral, a primeira na história das Nações Unidas dedicadas a um tema de saúde pública. Quis estar presente porque acredito que o problema da sida constitui uma prioridade, aos níveis nacional e internacional, e exige uma mobilização intensa e continuada de esforços para a qual Portugal quer dar um contributo empenhado.

Todos sabemos, em boa parte graças ao trabalho dedicado da ONU/SIDA, o qual quero aqui destacar, que o vírus da sida atinge hoje 36 milhões de indivíduos, dos quais 25 milhões na África subsariana. Não esquecendo, também, as cerca de 22 milhões de pessoas que já morreram vítimas da epidemia. Todos nós, certamente, conhecemos algumas pessoalmente. Estes são números impressionantes. E todavia – não o podemos ignorar – todas as estimativas sobre o alastrar da epidemia se têm sempre revelado inferiores à dimensão que tem vindo a alcançar.

Não há por isso lugar a qualquer tipo de complacência ou hesitação. Trata-se, com a realização deste fórum, de colocar a questão da sida no centro da agenda política internacional, como uma questão humanitária inadiável e uma ameaça séria à segurança e ao desenvolvimento económico e social de muitos países e regiões.

O combate à sida tem sido sempre atrasado e prejudicado pelo estigma associado a esta doença e porque a discussão dos grupos de pessoas mais vulneráveis, das formas de transmissão do vírus, dos comportamentos que a favorecem, envolve questões que, para muitos, são ainda tabu. Mas não podemos deixar que o melindre destas questões nos silencie, nos faça desviar o olhar e baixar os braços perante o insidioso progresso da epidemia.

Este combate deve mobilizar-nos a todos. É este certamente o entendimento dos Chefes de Estado e de Governo que, pela sua participação nesta reunião, dão um sinal do seu empenho no combate à sida. Saúde, igualmente, as ONG's aqui representadas, parceiros fundamentais no alerta e na luta contra a infecção, na criação de redes de solidariedade, no combate à discriminação.

Para essa luta é fundamental, também, o contributo dos portadores de HIV, cuja militância tem sido decisiva para despertar as consciências para esta questão e cuja participação nos esforços de prevenção e tratamento é insubstituível.

Embora o vírus da sida atinja todas as regiões, culturas e grupos sociais, é indesejável que a sua maior incidência ocorra nas populações social e



economicamente mais desfavorecidas. A sida e a pobreza andam de mãos dadas e geram um ciclo vicioso com consequências devastadoras em todos os planos. Basta reflectir, por exemplo, nos milhões de órfãos criados pela epidemia; ou no facto de ela atingir primordialmente populações na força da vida, reflectindo-se assim, de forma catastrófica, na administração e no Estado, no sistema produtivo e na própria coesão social dos países mais afectados.

Portugal que, por razões históricas, está particularmente ligado a África, e que tem, com os países africanos de língua portuguesa, laços de fraternal amizade, encara com especial preocupação o alastrar da epidemia na África subsariana. No plano bilateral, e no âmbito da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, com o importante contributo do Brasil, um exemplar caso de sucesso no combate à epidemia, temos procurado sensibilizar os países africanos de língua portuguesa para intensificarem os esforços de prevenção da sida, prestando-lhes assistência para ajudar a combatê-la, tanto mais quanto receamos que a situação real seja mais grave do que as estatísticas oficiais indicam.

No plano multilateral, apoiamos a constituição de um Fundo Global para a Saúde e HIV/SIDA, que abranja igualmente outras doenças transmissíveis, como a malária e a tuberculose. Esse fundo deverá ser aberto a contribuições dos sectores público e privado e dotado de uma administração eficaz. A atribuição de mais vultuosos recursos financeiros para os programas de prevenção, de tratamento, mas também de investigação sobre a sida é, sem dúvida, uma necessidade. Todavia, se não houver liderança política e

mobilização social para travar este combate, maiores recursos não serão suficientes para o vencer.

O apoio internacional tem de ter tradução efectiva, no plano nacional, na área da prevenção e do tratamento. Para tanto, requer-se planeamento e mobilização adequados e ainda coragem de afirmação pedagógica, capaz de pôr em causa estereótipos, mas também de combater os comportamentos de risco.

O apoio internacional deve considerar também o tratamento adequado da doença. É indispensável que o preço dos medicamentos não o inviabilize, já que um dos problemas centrais nesta luta é o do acesso aos cuidados, não esquecendo as terapêuticas anti-retrovíricas, que permitem uma significativa melhoria da esperança e da qualidade de vida dos doentes e que impedem, em 50 por cento dos casos, a transmissão do vírus de mãe para filho.

As iniciativas que, neste domínio, já foram tomadas pela indústria farmacêutica são muito positivas, mas haverá que prosseguir o esforço para tornar estes medicamentos mais acessíveis, designadamente através da maior utilização de genéricos.

Devemos, ainda, ter uma especial atenção para com grupos específicos, que se encontram mais vulneráveis à infecção e para os quais é necessário promover o acesso à informação adequada através de canais próprios de comunicação.

No caso de Portugal, que tem um problema relevante de sida no contexto europeu, quero destacar as acções empreendidas no campo das drogas, que podem produzir um grande impacto na melhoria dos resultados em relação à incidência do HIV. As políticas de redução de danos têm-se mostrado eficazes na diminuição do risco de doenças infecto-contagiosas e, ainda,

na prevenção da marginalização social e na facilitação do relacionamento com as estruturas de saúde.

Quero ainda sublinhar a consciência da necessidade que temos de fazer um trabalho específico junto de populações imigrantes, o cuidado a ter com populações móveis, e ainda a atenção para com os reclusos, que devem poder beneficiar das mesmas possibilidades ao dispor da comunidade livre.

Como preocupação geral a nível internacional, gostaria de referir a importância particular da situação das mulheres, grupo no qual se verifica uma expansão mais rápida das infecções. Por isso se impõe a necessidade de introduzir uma perspectiva não discriminatória em termos de género no combate à epidemia. O combate à sida exige que sejam criadas, com imaginação e audácia, novas parcerias para pôr de pé acções integradas e efectivas. Em todo este processo, os governos não podem estar ausentes – mas também não podem estar sós. Torna-se necessário intensificar uma resposta plural a um problema da maior complexidade: poderes públicos, instituições universitárias, ONG's, doadores, organizações internacionais, empresas privadas, voluntários, todos devem ser chamados a colaborar.

Dirijo uma palavra muito especial às igrejas e confissões religiosas. Gostaria de ver reforçado o papel destas entidades na luta contra a sida, a exemplo do que já acontece em outras áreas da saúde pública. É necessário, aqui também, por razões humanitárias imperiosas, um compromisso baseado na compaixão e na solidariedade que não tem de pôr em causa as crenças e os valores morais de cada um.

Apesar de o panorama ser infelizmente, dramático, existem exemplos animadores de que a epidemia pode ser, controlada e substancialmente reduzida, com uma acção atempada e decidida. Estão à vista os resultados positivos obtidos pelos países que realizaram programas eficazes de prevenção e assistência.

Temos a obrigação de estudar e aprender com essas experiências. Devemos utilizar todos os meios para diminuir o impacto da epidemia. Para que tal seja possível, precisamos de ser mais exigentes connosco próprios e pedir maior dedicação e mobilização à sociedade civil. A sida é uma ameaça preocupante para toda a humanidade. Para grande parte dela é já fonte terrivelmente concreta de dor e de morte precoce. Ninguém tem o direito de se alhear perante factos tão brutais. Porque a responsabilidade é de todos, todo o empenhamento é pouco; toda a acção é urgente; toda a participação é bem-vinda.

*Discurso proferido pelo Presidente da República, na Sessão Especial da Assembleia Geral das Nações Unidas sobre a sida, no dia 25 de Junho.

«QUEM TEM TRAMADO A PREVENÇÃO PRIMÁRIA?»

1. Há uma película a perseguir-nos em sessões contínuas há longos anos. O seu título é «Quem tem tramado a prevenção primária?» Até tem um bom enredo, baseado num absurdo, daqueles que só a realidade consegue fornecer. Mas é de autor incógnito. Ninguém se atreve a assumir a autoria de um filme que tem crime, mas não tem criminoso. A verdade é que todos os personagens protestam amar profundamente a dita prevenção primária.

2. Na aparência ninguém quer tramar a prevenção primária. São raríssimos aqueles que sustentam que a prevenção primária não serve para nada. E mesmo esses, à cautela, sempre vão apoiando algumas acções nesse domínio. Ressalvadas essas posições mais cépticas, a prevenção primária é à primeira vista uma das poucas coisas que suscitam consensos na sociedade portuguesa: olha-se à direita, e aí estão os defensores da prevenção primária; olha-se à esquerda e lá nos acenam os apologistas da prevenção primária: políticos de todos os quadrantes e ideologias, cidadãos cristãos-democratas, liberais, socialistas, comunistas, esquerdistas, católicos, protestantes, muçulmanos, dignitários das igrejas, pais, sindicalistas, empresários, autarcas, todos, em uníssono, suspiramos pela prevenção primária. Discute-se uma política nacional de tratamento e alguém lembra: o que nos faz falta é prevenção primária! Lança-se uma política de redução de riscos e de minimização dos danos derivados do consumo de drogas e logo se enfatiza: o essencial é a prevenção primária! Acentua-se a pressão sobre o tráfico e alguém de imediato nota: isso não resolve nada, o que é decisivo é a prevenção primária!

3. Mas o que é certo é que alguém ou alguma coisa tem tramado a prevenção primária do consumo de drogas. Porque, admitamo-lo, em Portugal, como na maior parte dos nossos parceiros europeus, a prevenção primária não é ainda prioritária na luta contra a droga e a toxicodependência. E é legítima a suspeita de que parte do que fazemos não atinge os efeitos pretendidos.

4. Sendo assim, é oportuna a interrogação: o que é que tem tramado, afinal, a prevenção primária? Haverá aqui um fenómeno de masoquismo colectivo, protagonizado por uma sociedade que sabe o que deve fazer, mas se recusa conscientemente a fazer o que deve?

5. O enredo é mais complexo do que isso. Talvez o facto de o consenso ser mais aparente do que real seja capaz de explicar



melhor as dificuldades da prevenção primária.

No fundo, temos de admitir que é difícil conseguir uma definição consensual de prevenção primária e das respectivas metodologias. Algumas pessoas tendem a considerar que a prevenção primária se esgota numas campanhas de cartazes ou em órgãos de comunicação social, divulgando frases do género «Diz não à droga», «A droga mata!» ou «Droga, loucura, morte!». Outros acharão que o que é necessário é «falar sobre drogas», difundir informação sobre os seus malefícios, promover formação de pais, professores, animadores sociais, jovens, etc., sobre as substâncias e o modo de lidar com elas. Outros ainda sustentarão que se devem promover campanhas sistemáticas mostrando «drogados» em absoluta degradação para instilar o medo das drogas.

Haverá também quem rejeite tudo isso e proponha antes investimento em massa na melhoria das condições de vida das pessoas, de modo a evitar situações de exclusão, aquelas que mais potenciam o fenómeno dos consumos. Não é raro encontrar quem aposte sobretudo na ocupação de tempos livres, «para evitar que os jovens se metam na droga». Muitas dessas posições serão, porventura, parcialmente verdadeiras. Mas, como os trabalhos dos especialistas mostram, correm o risco do superficialismo e, em alguns casos, não resistem ao teste da

eficácia.

A dificuldade de consenso não se verifica apenas na definição de prevenção primária ou nas metodologias de abordagem e de trabalho. Podem discutir-se - e são discutidos - os agentes adequados, os grupos-alvo, os ambientes onde se deve promover a prevenção primária, as capacidades necessárias, os objectivos a serem atingidos.

6. O Governo entendeu que é oportuno lançar um debate nacional sobre a política de prevenção primária, que decorrerá até 10 de Agosto. O pretexto desse debate é um anteprojecto de proposta de lei de bases da prevenção primária, que será posteriormente submetido à Assembleia da República. O objectivo desse debate não é desembrulhar o enredo, porque os enredos não se desvendam com debates. Os objectivos são melhorar aquilo que sabemos, enquanto comunidade, sobre prevenção primária e, se possível, lançar as bases para um verdadeiro sistema nacional de prevenção primária do consumo de drogas.

7. Isto é, pretende-se discutir alguns temas que são habitualmente negligenciados. Uma vez porque não se coadunam com um discurso político frequentemente empurrado para o simplismo das mensagens curtas e mediáticas. Outras vezes porque escapam à capacidade de conhecimento do comum dos cidadãos,

mesmo daqueles mais interessados ou mais preocupados com o fenómeno do consumo de drogas.

8. Além disso, procura-se criar as bases institucionais, jurídicas e comunitárias para uma política de prevenção primária mais sistemática, mais sustentada, mais profissional e mais eficaz.

Para isso, propomos alguns mandamentos. Cremos que a prevenção primária deve ser:

- Planeada e executada sistematicamente e não de modo pontual e casuístico;
- Preparada por quem está mais perto dos cidadãos (autarquias, organizações comunitárias);
- Feita por pessoas com preparação adequada;
- Dirigida a grupos especificamente delimitados;
- Financiada em boa parte pelo Estado e pelos restantes poderes públicos, mas executada numa percentagem apreciável por organizações da sociedade civil;
- Financiada de modo transparente, com recurso a meios de contratação acessíveis a todos;
- Objecto de acções com duração e sustentabilidade garantida;
- Coordenada e articulada, evitando duplicações e desperdícios de recursos;
- Avaliada (e corrigida de acordo com a avaliação);
- Tarefa de toda a comunidade.

In «Público», 20-06-2001

AUTÁRQUICAS

Jorge Coelho

FORÇA JOÃO



Na passada quinta-feira o meu camarada e amigo João Soares apresentou a recandidatura a um novo mandato como presidente da Câmara Municipal de Lisboa, sob o lema «AMAR LISBOA». É uma oportunidade para se fazer um balanço das modificações conseguidas pela actual coligação e as perspectivas para o futuro da nossa capital. Em primeiro lugar, não tenho qualquer dúvida em afirmar que Lisboa, nos últimos 12 anos, e, em particular, nos últimos quatro anos, teve um desenvolvimento e uma modernização notáveis. Vejamos alguns exemplos que sustentam esta conclusão:

1. Durante muitos anos vários bairros de barracas dominavam na periferia (e, em alguns casos, no interior) da cidade. Milhares de pessoas viviam em condições indignas e a imagem da cidade era péssima. Muitas pessoas não se cansavam de repetir o seu desagrado por esta situação. Pois bem, a direita falou muito mas nada fez.

A actual coligação de esquerda que governa Lisboa, sob a direcção de João Soares, definiu como objectivo concreto para este mandato erradicar os núcleos centrais de barracas na cidade de Lisboa e realojar os milhares de moradores que aí se encontravam.

Gradualmente, os antigos bairros de barracas foram erradicados – exemplos: Musgueira, Relógio, Bairro Chinês. Até o famigerado Casal Ventoso, que recebeu tantas promessas, finalmente, está a



desaparecer. Mais de 50 mil pessoas foram realojadas e mais de 15 mil casas novas foram construídas. Foi um trabalho exemplar e solidário. Está a acabar uma das vergonhas de Lisboa que se arrastou durante décadas.

Segundo exemplo: Neste Inverno houve cheias graves em todo o País. Em Lisboa era sistemática a existência de problemas graves na cidade, cada vez que uma pequena tempestade se abatia sobre a cidade.

No Inverno deste ano, na cidade de Lisboa, a única situação que me recordo foi um problema existente na já tradicional rua de Algés, que, até, pertence ao concelho de Oeiras.

Esta evolução positiva, que acabou com mais um problema crónico da cidade que se arrastou durante décadas, só foi possível devido a uma política muito séria

de profundos investimentos na área de saneamento básico.

Terceiro exemplo: Durante muitos anos, algumas opções urbanísticas transformavam-se em casos que, muitas vezes, originaram grandes conflitos jurídicos e exaltantes debates. No último mandato, João Soares e a sua equipa concretizaram alguma opção que venha a transformar-se num caso destes? Claro que

me poderão dizer. Então e o elevador? A diferença é que, João Soares, após verificar que essa era uma decisão que contrariava e agredia a maioria dos lisboetas, teve a lucidez para não avançar com o projecto. O mesmo não sucedeu quando a direita decidia a seu belo prazer o que fazer na cidade de Lisboa.

Quarto exemplo: Lisboa tem, hoje, uma oferta cultural, em quantidade e qualidade ao nível das capitais de países muito mais avançadas da Europa. Quando a direita governava Lisboa, nem o Coliseu estava remodelado.

Quinto exemplo: Não é por acaso que em Lisboa, nestes últimos anos, se realizaram um conjunto de encontros desportivos de craveira mundial. Maratonas mundiais, Masters de Ténis, Mundial de Atletismo de pista coberta...

muitos outros exemplos poderiam ser dados.

Até 2004 estão previstos cerca de vinte eventos de dimensão internacional. Comparando com o passado, com o único e velho Pavilhão dos Desportos, hoje Carlos Lopes, que pouco servia, percebe-se a mudança significativa que foi conseguida.

Mais exemplos poderiam ser dados. Tanta e tanta coisa melhorou e a obra continua.

Vemos hoje, sem qualquer margem de dúvida, que as transformações, a modernização, o progresso desta cidade, têm sido uma realidade com João Soares na Presidência.

O que foi feito, a obra realizada e algumas das «vergonhas» da cidade que, finalmente, estão a desaparecer são mérito de João Soares e da coligação que merecem continuar à frente desta maravilhosa cidade.

Lisboa não pode estar à mercê de candidatos que têm objectivos políticos que nada têm a ver com a cidade e com a sua Câmara. Afirmarções políticas nacionais, luta pela liderança de partidos, salvação de estratégias partidárias, de tudo há um pouco nos candidatos adversários de João Soares. O que está em causa é continuar o presente e perspetivar um futuro para Lisboa, mais solidário, mais moderno, mais desenvolvido.

Isso, garante-nos a Coligação da Esquerda encabeçada por João Soares e na qual o PS tem um perfil central.

Força João.

ACTUALIDADE

António Brotas

A PROPÓSITO DO TGV...



É com espanto que leio no Jornal do Fundão de 25 de Maio declarações de autarcas de várias cidades, entre elas da Guarda, em favor da anterior proposta do «T deitado» e contra a proposta do «pi deitado» para a rede ferroviária de alta velocidade, agora posta em discussão.

Que eu saiba, o principal destino dos habitantes da região da Guarda que usam o comboio para sair do país é a França e outros países da Europa, havendo, ainda, os que se deslocam a Madrid ou, em visita, a cidades vizinhas como Salamanca. Todos estes passageiros beneficiam com o projecto do «pi deitado» que privilegia a melhoria da linha directa a Salamanca.

Na proposta do «T deitado» (na versão defendida pelo Prof. Valente de Oliveira no Expresso de 26 de Maio) os moradores da Guarda desejosos de utilizar a nova rede para ir a Madrid, ou para França, deveriam

descer por Castelo Branco até ao vale do Tejo, para seguirem por Cáceres e Telaveira de la Reina até Madrid, para depois seguirem para França, sendo obrigados a duas mudanças de comboio e a percorrer mais do dobro do percurso actual para chegarem a Medina del Campo. Esta proposta é um verdadeiro atentado a todos os que hoje utilizam a linha da Beira Alta. E se ainda há dúvidas sobre a preferência dos passageiros, que se faça uma sondagem junto dos muitos milhares de portugueses que já foram a França e a Madrid.

A polémica que ainda hoje existe é devida a esta proposta do «T deitado» nunca ter sido posta em discussão e o público não ter sido informado sobre os seus custos e inconvenientes. Há, em particular, questões relacionadas com a Beira Baixa que continuam a ser ignoradas. Na proposta do «T deitado», na versão última da ligação

a Espanha ser feita pela linha Golegã - Nisa - Cáceres, o que estava previsto era uma solução mista com bitola ibérica em Portugal e mudança para a bitola europeia em Nisa. Isto significa que ficaríamos inteiramente dependentes do uso dos comboios especiais espanhóis Talgo que podem mudar o afastamento das rodas em estações para isso preparadas. Mas o que é possível para os comboios de passageiros, não o é para os comboios de mercadorias. Depois dos espanhóis mudarem a sua bitola para a bitola europeia (standard), o que vai suceder em breve, ficaríamos, em matéria de transporte ferroviário de mercadorias, completamente isolados do exterior.

O interior português para se desenvolver pouco interesse tem em ser atravessado por comboios de alta velocidade, mas precisa de se ligar, tão rápido quanto possível, à rede europeia de bitola

standard. Assim, antes de pensarmos em alta velocidade, uma prioridade nossa é a de mudarmos a bitola da linha da Beira Alta para a bitola europeia, assim que os espanhóis façam chegar esta bitola a Medina del Campo e Salamanca. Esta alteração da bitola pode-se integrar no projecto do «pi deitado» que, no essencial, ao contrário do projecto do «T deitado», continua a privilegiar as nossas ligações ferroviárias a Espanha pela Beira Alta. Penso que os autarcas da Beira Baixa deviam estar muito atentos a que a modernização da linha da Beira Baixa, neste momento a ser feita em bitola ibérica, seja feita de modo a facilitar a mudança para a bitola europeia (standard) logo que tal seja feito na linha da Beira Alta. Com bitola europeia, a Beira Baixa pode, a breve prazo, exportar por caminho de ferro para toda a Europa. Com bitola ibérica não exportará para parte nenhuma.

ALQUEVA – DESENVOLVIMENTO NOVO CONTRA DOGMAS VELHOS

Hoje com a construção do empreendimento de Alqueva e com o desenvolvimento do Plano de Rega do Alentejo, voltam a agitar-se as mesmas bandeiras e propósitos a coberto do mesmo nome – Reforma Agrária.

Os nossos comunistas, consabidamente pouco evolutivos, insistem em olhar para a actividade agrícola como há 25, 50 ou 70 anos atrás. Exactamente igual! Era a agricultura dos grandes detentores de terras, cuja exploração assentava em largos contingentes de operários, mal pagos, iletrados e desinformados, cuja produção se organizava à sombra do Estado e de um mercado interno muito restrito, nada exigente e não concorrencial. Ora, o mundo mudou. Hoje, todos nós, incluindo os comunistas, não vivemos mais naquele lugar mítico, pincelado a negro e cinzento pelos artistas e intelectuais neo-realistas.

A Reforma Agrária que podia ter sido feita no final dos anos setenta, mesmo não sendo aquela que os comunistas agora querem evocar, não tem hoje sentido, nem lugar, nem pessoas.

Os novos perímetros de regadio (o primeiro já está a ser construído em Ferreira do Alentejo) têm que estar virados para uma economia baseada na empresa agrícola. A exploração económica agrícola (como a indústria, o comércio, os serviços, nas suas várias áreas) tem que procurar as melhores produções, ajustadas às características do solo e do clima e às mais modernas técnicas e factores produtivos. Tem que investir nas infra-estruturas dos prédios rústicos e em novas culturas. Tem que conhecer e procurar mercados, orientar as produções e apostar na qualidade que, cada vez mais, o consumidor sabe exigir. A empresa tem que ser lucrativa, isto é, tem que dar bons proveitos ao empresário e pagar bons salários aos empregados e, por outro lado, tem que ser concorrencial, isto é, tem que disponibilizar para o mercado, numa visão europeia e mesmo mundial, produtos à mais alta qualidade e ao mais baixo preço.

O problema, hoje, nada tem que ver com a identificação dos donos das terras nem com a dimensão dos prédios.

Hoje há que ter em conta outras preocupações políticas.

Designadamente as que respeitam à organização das empresas, ao associativismo dos empresários com o sentido de melhor viver no mercado, ao investimento e modernização nas empresas, à justa remuneração e direitos dos que nela trabalham, etc..

Uma coisa é certa, o antigo lavrador, latifundiário, por vezes absentista, ignorante do mercado, não tem mais lugar. Hoje a economia e a sociedade exigem outra utilização da terra como bem produtivo.



O que tem sentido indagar é acerca das consequências, para os proprietários, dos investimentos públicos que estão a ser efectuados nas suas terras para implantar os sistemas de rega.

E, aqui, cabe saber se o direito de propriedade plena deve sofrer alguma restrição, qual ou quais e com que sentido. Ora, os nostálgicos da Reforma Agrária vieram, repetentes, reclamar a forma mais radical de restringir o direito de propriedade – a expropriação, no todo ou em parte, dos prédios abrangidos pelos perímetros de rega, com a tal mania, recalcada, de que é na propriedade (ou posse da terra, como às vezes, branda e eufemisticamente, agora dizem) que reside todo o problema.

Dever socioeconómico

Aliás, os mais radicais privatistas assinalarão já aqui uma primeira restrição ao direito de propriedade – a implantação coerciva de um sistema de rega. É violado o direito do proprietário a manter-se e a querer manter-se a produzir culturas de sequeiro por razões tradicionais ou económicas ou de mercado ou ecológicas, etc.

Entendemos, porém, que aqui deve criar-se uma restrição eventual do direito do proprietário. Eventual, digo, porque a restrição deve operar apenas se e nos casos em que o proprietário não dê à sua terra a utilização para que foi apetrechada.

Mais, tal restrição não deve depender de decisões casuísticas da Administração Pública mas resultar de uma aplicação formal, geral e abstracta, única maneira de

defender a igualdade e justiça e de combater o compadrio, a corrupção ou espúrias retaliações, no fundo cumprir o Estado de Direito.

Portanto, o proprietário beneficiado num perímetro de rega deve ficar obrigado a certos deveres, que deve cumprir por si ou através de outrem e, se o não fizer, deve ser penalizado e de tal forma, que terá de optar por vender, arrendar, etc..

A minha preocupação decorre do facto de estar a ser implantado no meu concelho o primeiro perímetro de rega da Era Alqueva, que abará cerca de 6000 hectares, abrangendo mais de 300 proprietários rurais. Número que, aliás, como se vê, desmente a ideia de que o Alqueva agrícola iria beneficiar os grandes proprietários.

Simultaneamente começam a surgir importantes investimentos agrícolas e agro-industriais aqui em Ferreira.

O reavivar do estímulo traumático da supra referida Reforma Agrária, errada, ultrapassada e desadequada, como atrás vimos, pode deitar tudo a perder se fizer (e pode fazer) retrair o investimento.

Por isso é preciso uma posição clara dos poderes públicos a este respeito.

E igualmente é preciso que as Câmaras Comunistas que desejam reviver aquele processo se limitem a defendê-lo e reclamá-lo para os seus Concelhos. Se Beja, se Évora e se outras autarquias sonham que se faça essa tal Reforma Agrária que digam claramente que a querem nos seus Concelhos e, entretanto, deixem-nos, pelo menos em Ferreira, beneficiar do desenvolvimento em paz e construir um futuro melhor pelo caminho certo.

A dispendiosa campanha que o Partido Comunista tem vindo a fazer, para si tão importante quanto pode valer de obstáculo ao desenvolvimento do Alentejo e, por conseguinte, ao seu declínio político, inclui aspectos táticos que não são nenhuma novidade.

Um desses consiste em, através do interlocutor certo, devidamente seleccionado, obter de personalidades conhecidas, de outros sectores políticos, declarações de comprometimento.

Ao longo da história temos inúmeros exemplos disso e de como, perante a invocação teórica de princípios intrinsecamente justos, os comunistas se especializaram em instrumentalizar pessoas para alicerçarem acções injustas. Ou seja: *O princípio correcto de que a beneficiação dos perímetros de rega impõe um dever socioeconómico ao proprietário, não implica uma solução expropriativa nem limitativa do investimento.*

Porque, na verdade, a propalada limitação cega dos 50 hectares funciona contra os investimentos produtivos e modernizadores, em geral carentes de áreas maiores, mais do que contra os que se abstenham de investir.

A meu ver, é necessário gizar e apresentar outras soluções e combater estas movimentações comunistas, por incorrectas, não lhes dando crédito mesmo que se venha «dourar a pilula» utilizando a figura e o conceito, que o jornalista Henrique Monteiro, qualificou um dia, salvo erro, de «idiota útil».

Salvo o devido respeito.

*Presidente da Câmara Municipal de Ferreira do Alentejo



QUE SE PASSA

Mary Rodrigues

Arruada em Albufeira

O Estúdio Alfa exhibe, a partir de amanhã e até ao dia 4 de Julho, a película assinada por Lee Tamahori, «Conspiração da Aranha», uma obra que conta com as interpretações de Morgan Freeman, Mónica Potter e Michael Wincott.

Este sábado, dia 30, não perca a tradicional arruada com a Banda da Sociedade Filarmónica Silvense a percorrer o Rossio, a Esplanada Dr. Frutuoso da Silva, a Rua de Deus, o Largo Eng. Duarte Pacheco, a Avenida 25 de Abril, o Cais Herculano e o Largo 25 de Abril.

No mesmo dia, pelas 22 horas, assista ao espectáculo do Duo Angola Brasil, no Largo Eng. Duarte Pacheco.

Música em Coimbra

No âmbito da iniciativa «Música às Quintas», a autarquia local promove, hoje, às 21 e 30, um espectáculo com a instrumentista Cremilde Rosado Fernandes (clavicórdio), na Casa Municipal da Cultura.

Fotos em Faro

Vai estar patente, no espaço da antiga fábrica de cerveja «Portugália», entre o dia de amanhã e 30 de Julho, a mostra «O Trabalho», que reúne um conjunto de fotografias de um dos mais prestigiados fotógrafos da actualidade e do mundo, Sebastião Salgado.

Recital em Fafe

O mês das letras conclui amanhã com um recital de música e poesia em que intervêm o cantor e autor Manuel Freire e o poeta Vasco Pereira da Costa.

O espectáculo realiza-se no Estúdio Fénix, a partir das 21 e 30, e serão recitadas obras dos mais consagrados poetas portugueses, como António Nobre, António Gedeão, Manuel Alegre, José Régio, Vitorino Nemésio, Vinícius de Moraes, Ruy Belo, Miguel Torga, Luís de Camões e José Gomes Ferreira, entre outros.

Torneio em Guimarães

Hoje, às 21 e 45, o auditório da Universidade do Minho exhibe o filme de Kaige Chen, «O Imperador Assassino».

No mesmo dia, pelas 22 e 30, o Ultimatum Café Jazz serve de palco para os Projecto Alternativo, um agrupamento musical que integra Carlos Mendes (guitarra), Nuno Vieira (guitarra), Manuel Barros (baixo) e António Torres (bateria). O Torneio Aberto Cidade-Berço decorre este sábado, dia 30, a partir das 10 horas, no Museu Alberto Sampaio.

Cinema em Lisboa

Amanhã não perca a estreia dos filmes «Missão: Salvar as Férias», de Chuck Sheetz; «Brother», de Takeshi Kitano, «Bring It On», de Peyton Reed e «Comitted», de

Lisa Krueger.

O sexteto do pianista Andrew Hill, Another Point of Departure, actua este domingo, dia 1 de Julho, no grande auditório do Centro Cultural de Belém, às 21 e 30.

Multimédia em Ovar

Amanhã, pelas 21 horas, no parque Sr.º da Graça, decorre a abertura oficial da XII Feira do Livro e Multimédia, que estará aberta ao público até 8 de Julho.

Fado em Portimão

O serão de sábado será animado, a partir das 22 horas, pela 5ª Dinastia com uma noite de fado, no Largo Gil Eanes.

Espectáculo em Sintra

Inserido no programa do XXXVI Festival de Música de Sintra, realiza-se, no dia 1 de Julho, um concerto, no Palácio Nacional da Pena, pelas 18 horas.

Aníbal Lima (violino), Maria José Falcão (violoncelo) e Michel Gal (piano) recriarão obras de Strauss, Brahms e Chopin.

Feira em Valença

A Expovalença 2001 arranca na próxima quarta-feira, dia 4 de julho, e prolonga-se até ao dia 8. Trata-se de uma feira multisectorial transfronteiriça que funciona como instrumento de desenvolvimento do concelho enquanto espaço de comercialização promoção de produtos e serviços e encontro de empresários e instituições do Norte de Portugal e da Galiza.

Curtas em Vila Nova do Conde

O IX Festival de Curtas-Metragens arranca no próximo dia 2 de Julho, prolongando-se até ao dia 8 do mesmo mês.

Folclore em Vila Real

O V Festival Internacional de Folclore Cantaréu – 2001 vai reunir, entre os dias 4 e 9 de Julho, grupos da Roménia, Itália e Espanha.

Participarão no certame três grupos de folclore estrangeiros e seis portugueses, tendo a iniciativa como objectivo demonstrar os diferentes traços culturais que existem em Portugal e no mundo.

Este ano o evento faz parte do Comité Internacional de Organização de Festivais e Festas Tradicionais. O festival apresenta uma forma itinerante e este ano vai deslocar-se aos conselhos de Ribeira de Pena, Chaves e Vila Real, onde terá o seu ponto alto no dia 7.

O evento conta com a venda de artesanato e uma mostra de jogos populares dos vários países representados.

SUGESTÃO

Transviriato

O Trigo Limpo Teatro Acert estreia, amanhã, em Coimbra, o mega-espectáculo «Transviriato», criado para assinalar o seu 25º aniversário.

O evento recria a história do guerreiro lusitano Viriato e a sua resistência aos romanos na invasão da Península Ibérica e decorre numa «arena romana» montada numa gigantesca estrutura metálica com capacidade para 300 espectadores.

Depois de Coimbra, onde estará no pátio da Universidade nos dias 29, 30 e 1 de Julho, o «Transviriato» desloca-se para o adro da Sé da cidade da Guarda, nos dias 17 e 18 de Julho.

Este mega-espectáculo surge a partir do texto original de Jaime Rocha com encenação de José Rui Martins e Pompeu José e tem em cena mais de 30 intervenientes, contando sempre com figurantes recrutados nas localidades por onde o «círculo» vai passar.

Na sinopse disponibilizada pelo Trigo Limpo refere-se que a peça «Transviriato» conta a história de um anti-herói que leva a cabo até à morte «um combate que simboliza a resistência de um povo contra a ocupação romana, mas também contra a ortodoxia cultural da velha Península».

«Transviriato» assume-se numa linha estética própria do teatro circense e de ritual, pretendendo ser uma alternativa nacional de experimentação na área do teatro de rua com sentido de festa dionisiaca.

POEMA DA SEMANA

Seleção de Carlos Carranca

Que estranha, a nossa verdade!
Às vezes, partida a meio,
Minha ilusória unidade,
Pensando, sinto, pensei-o.

Mas quando penso que penso
Estou-o pensando também
Na vertigem, não me venço
E recuo e vou além

Daquilo p'ra que há defesa.
Feliz quem pode parar
Onde a certeza é certeza
E pensar é só pensar!

Moçambique
Reinaldo Ferreira, (1922-1959)
In «Poemas», 1960

VIII FESTIVAL INTERNACIONAL DE GUITARRA Santo Tirso 2001

Paul Galbraith (Escócia)
28 de Junho – 21h30 – auditório da Santa Casa da Misericórdia

Pedro Caldeira Cabral & Fernando Alvim (Portugal)
29 de Junho – 21h45 – auditório da Santa Casa da Misericórdia

Ralph Towner (Estados Unidos)
30 de Junho – 21h45 – auditório da Santa Casa da Misericórdia

Franz & Débora Halasz (Alemanha)
1 de Julho – 21h45 – auditório da Biblioteca Municipal

CICLO
Grandes Nomes do Jazz

Maria João & Quarteto de Joe Zawinul

29 de Junho
Coliseu do Porto



TUDO DEPENDE (AINDA) DO PS

O exercício da actividade política não é fácil, para quem obviamente o leva a sério, mas não é, sobretudo, muito relaxante.

O que não significa que não seja apelativo e estimulante. Por isso tantos de nós se interessam pela política e transformam a sua vida particular, tendo em conta as exigências que dela resultam.

Há sempre lugar para o entusiasmo mas há também momentos de mais ou menos depressão.

As duas últimas semanas foram, a esta luz, particularmente significativas e exemplificativas.

Raramente se terá estabelecido nos órgãos de Comunicação Social uma tão grande «unanimidade» relativamente à situação do País, nomeadamente nos planos económico e financeiro.

Lendo os jornais e ouvindo as televisões e as rádios concluiríamos que Portugal estaria à beira do abismo e os portugueses condenados a um futuro de pobreza e marginalização.

Curiosamente este «estado de espírito» ignora completamente toda a parafernália de elogios e de orgulho nacional que ainda há bem pouco tempo eram publicitados pelos mesmos órgãos de comunicação e, na maioria dos casos, pelos mesmos analistas e opinadores.

Confesso que eu próprio tive momentos de fraqueza, de indecisão e de incerteza.

Não acredito em conjuras organizadas, mas que as há... há, e o ambiente criado nos últimos dias até parece metódicamente organizado.

Só que tudo assenta em boa parte numa

enorme confusão e desinformação.

Ao contrário do que é referido não existe nenhuma recessão na economia portuguesa e também não existe nenhum descalabro da actividade financeira do Estado que seja, exclusivamente, da responsabilidade das políticas públicas internas.

No início do ano, o Governo previu um crescimento do PIB de 3,3%. Esta taxa de crescimento é totalmente compatível com as expectativas de então e, sobretudo, com o ritmo de crescimento verificado no ano de 2000 e que foi de 3,4%.

Naturalmente que as previsões macro-económicas são susceptíveis de correção e sobretudo são tanto mais frágeis quanto mais dependente estiver uma economia relativamente à evolução do seu enquadramento internacional.

Ora a economia portuguesa é, consabidamente, muito dependente do exterior. Acresce que o actual governo se comprometeu em eleições com os portugueses em dois domínios muito significativos: reforço do investimento directo e indirectamente produtivo e prioridade, no gasto público, às chamadas políticas sociais. Foi aliás assente neste contrato que o PS ganhou duas significativas maiorias e formou, sucessivamente, dois governos constitucionais.

Fala-se muito também no crescimento da despesa pública corrente o que é justificado pelas opções políticas que referi, mas esquece-se que, mesmo assim, o ritmo de crescimento da despesa nos anos recentes, não tem comparação com o ritmo homólogo verificado nos primeiros anos da década de 90 (sem que nestes anos tivesse havido

qualquer preocupação com as políticas sociais).

O ano corrente não é um ano bom para a economia internacional e, nomeadamente, para a economia europeia.

Todas as economias da zona euro estão a rever as suas previsões de crescimento em baixa e todas as suas previsões de inflação em alta.

Há mesmo economias cuja taxa de crescimento se aproxima do valor zero.

Não é ainda o que sucede em Portugal; com os dados actuais é possível prever um ritmo de crescimento positivo e francamente superior a 2%. Só que esta nova realidade exige adaptações e correcções.

É exactamente isso que o Governo acaba de fazer. Curiosamente através de medidas que de uma maneira global são bem apreciadas e, sobretudo, generalizadamente aceites.

O que não impede que os «profetas da desgraça» insistam numa campanha desinformativa sobre a situação real da economia portuguesa.

Só que como em tudo na vida há duas faces e dois intervenientes.

Para lá dos que os atacam, o PS e o Governo têm os que os apoiam.

E é em direcção a esta enorme base de apoio que deve ser dirigida toda a actividade do Governo e do PS e a adequada informação. O PS tem uma longa história, uma sedimentada cultura e um futuro inquestionável.

Ultrapassar a «crise» depende pois exclusivamente do PS mas implica unidade e nomeadamente solidariedade com o Governo e com o Primeiro Ministro.

«Não estou aqui para fazer a política neoliberal da direita»

António Guterres

Reunião da direcção e da bancada parlamentar do PS, 25 de Junho

«Há um problema político. Há uma direita que nos quer derrubar por razões diferentes. Tocámos em certos tabus e a reacção aí está. Não temos sabido responder»

Idem, ibidem

«A sida e a pobreza andam de mãos dadas e geram um ciclo vicioso com consequências devastadoras em todos os planos»

Jorge Sampaio

ONU, 25 de Junho

«O combate à sida tem sido sempre atrasado e prejudicado pelo estigma associado a esta doença»

Idem, ibidem

«O combate à sida exige que sejam criadas, com imaginação e audácia, novas parcerias para pôr de pé acções integradas e efectivas»

Idem, ibidem

Ficha Técnica

Ação Socialista
Órgão Oficial do Partido Socialista
Propriedade do Partido Socialista
Director

António José Seguro

Director-adjunto

José Manuel Viegas

Redacção

J.C. Castelo Branco

Mary Rodrigues

Colaboração

Rui Perdigão

Secretariado

Sandra Anjos

Paginação electrónica

Francisco Sandoval


Edição electrónica

Joaquim Soares

José Raimundo

Francisco Sandoval

Redacção
Avenida das Descobertas 17
Restelo - 1400 Lisboa
Telefone 3021243 Fax 3021240
Administração e Expedição
Avenida das Descobertas 17
Restelo - 1400 Lisboa
Telefone 3021243 Fax 3021240
Toda a colaboração deve ser enviada para o endereço referido
Depósito legal N.º 21339/88; ISSN: 0871-102X
Impressão Mirandela, Artes Gráficas SA
Rua Rodrigues Faria 103, 1300-501 Lisboa
Distribuição Vasp, Sociedade de Transportes e Distribuições, Lda., Complexo CREL, Bela Vista, Rua Táscoa 4.º, Massamá, 2745 Queluz



Quero ser assinante do Portugal Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.

Quero renovar a assinatura

| | |
|----------|-----------------|
| Cheque | Vale de correio |
| 6 meses | 12 meses |
| Valor \$ | |

Por favor remeter este cupão para:
Portugal Socialista - Avenida das Descobertas 17 - Restelo - 1400 Lisboa

Nome _____


Morada _____

Localidade _____

Código Postal _____

| ASSINATURAS | 6 MESES 2 NÚMEROS | 12 MESES 4 NÚMEROS |
|-------------------|-------------------|--------------------|
| Continente | 500\$ | 800\$ |
| Regiões Autónomas | 700\$ | 1.200\$ |
| Macau | 1.300\$ | 2.400\$ |
| Europa | 1.500\$ | 2.900\$ |
| Resto do Mundo | 2.300\$ | 4.400\$ |

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.



Quero ser assinante do Acção Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.

Quero renovar a assinatura

| | |
|----------|-----------------|
| Cheque | Vale de correio |
| 6 meses | 12 meses |
| Valor \$ | |

Por favor remeter este cupão para:
Acção Socialista - Avenida das Descobertas 17 - Restelo - 1400 Lisboa

Nome _____

Morada _____

Localidade _____

Código Postal _____

| ASSINATURAS | 6 MESES 26 NÚMEROS | 12 MESES 52 NÚMEROS |
|-------------------|--------------------|---------------------|
| Continente | 1.650\$ | 3.250\$ |
| Regiões Autónomas | 2.400\$ | 4.600\$ |
| Macau | 4.600\$ | 9.100\$ |
| Europa | 5.500\$ | 10.800\$ |
| Resto do Mundo | 8.500\$ | 16.600\$ |

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.

